

Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 13

JORNAL JÁ - PORTO ALEGRE - RS - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
ANFIP

Vilson Romero/ Eleições 2022: 16 dígitos mudam o Brasil? 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PF faz operação contra uso de criptomoeda para lavar dinheiro 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita abre consulta ao último lote do IR nesta sexta-feira (23), com restituição para 1,2 milhão 5

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Municípios projetam que receita de HR chegará a RS 2 bilhões neste ano 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Governo anuncia novo bloqueio de R\$ 2,6 bi a dez dias das eleições 7

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Lula quer recriar pasta da Previdência 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Eduardo Leite Pretendo me posicionar em um eventual 2º turno na eleição presidencial 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

"Arma-se um grande estelionato eleitoral" 13

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Como livrar os brasileiros do inchaço do Estado e dos altos gastos com o funcionalismo público? 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Candidatos à Câmara discutem em lives da Folha legalização das drogas e fim de privilégios 23

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O realismo do Copom (Editorial) 24

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tarcísio não consegue se lembrar onde vota; adversários ironizam 26

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Polícia apura esquema de venda de CNHs e prende diretor do Detran-SP 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Como regular as criptomoedas? - CELSO MING 28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Comida cara drena orçamento dos mais pobres 30

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

TAP planeja crescer no Brasil 31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Bolsa sobe e dólar cai 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Ondas de juros (Editorial) 33

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Lula vai a 47% e amplia suas chances de vencer no 1º turno, diz Datafolha 34

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Desocupação cai, mas é a 5º maior em ranking de 40 países 38

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Petrobras reduz preço do gás de cozinha pela segunda vez em 10 dias 40

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Produção de ovos é recorde com carne cara no Brasil 42

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Desoneração faz ICMS despencar em agosto 44

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Censo 2022 tem ritmo menor que o de 2010 45

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

BC da Suíça põe fim à era das taxas negativas na Europa 46

Vilson Romero/ Eleições 2022: 16 dígitos mudam o Brasil?

Vilson Romero*

Caro eleitor ou eleitora, se você pretende votar em todos os cargos em disputa nas eleições de 2 de outubro, prepare-se, tenha paciência e leve sua "cola", pois será relativamente complicado exercer seu direito ou cumprir sua obrigação eleitoral.

Você deverá digitar até 16 números e teclar "confirma" cinco vezes, ou seja, escolha primeiro o seu candidato a deputado federal (quatro dígitos). Logo depois, vote para deputado estadual ou distrital (cinco dígitos).

A partir daí, serão os candidatos majoritários que você escolherá: senador (três dígitos), governador (dois dígitos) e presidente da República (dois dígitos).

Neste primeiro turno, você será um dos 156.454.011 eleitores e eleitoras aptos, com direito (no caso dos facultativos: jovens de 16 e 17 anos, maiores de 70 anos e analfabetos) ou obrigados (no caso dos demais) a comparecer às mais de 496 mil zonas eleitorais em 5.570 municípios brasileiros e 181 cidades no exterior.

Saiba também que o sexo feminino segue maioria na população e no eleitorado, apesar de ser minoria nas candidaturas e nos cargos: são 82,3 milhões de eleitoras (52,65%) e 74 milhões de eleitores (47,33%).

Fora do país, podendo sufragar somente o presidente, há mais eleitores (697 mil) do que em Roraima (348.839), Amapá (529.240) ou Acre (560.016).

Lisboa e Miami disputam a liderança do eleitorado no exterior, mas há brasileiros aptos em dezenas de outras cidades e países. EUA, Portugal, Japão e Reino Unido concentram a maioria.

Cá na terrinha, esteja você no menor colégio eleitoral, a cidade de Borá, no interior de SP, com 1.040 eleitores, quase 500 km distante da capital paulista, que é o maior colégio eleitoral do país, com mais de 9,3 milhões de eleitores, você pode escolher entre os mais de 28 mil candidatos.

Há candidaturas para todos os gostos e das mais diversas origens, fortunas e credos: professores, advogados, empresários, jornalistas, agricultores e agropecuaristas, sindicalistas, religiosos, policiais,

celebridades, indígenas, etc. Há até candidatos que identificaram sua atividade como salva-vidas, controlador do tráfego aéreo e bailarino.

Seja da extrema direita à extrema esquerda, passando por centro-direita e centro-esquerda, o leque de opções é variado, podendo o seu candidato estar numa das três federações partidárias (PT/PV/PCdoB; Cidadania/PSDB; e Rede/PSOL) ou nos 25 outros partidos políticos registrados no Brasil.

Mas, independentemente deste cipoal de eleitores, cargos, candidatos e partidos, você terá na mão ou no seu celular a arma (literalmente, o título de eleitor - não confunda!) para mudar o Brasil, elegendo um presidente da República, 27 governadores de estado e do Distrito Federal (DF), 27 senadores, 513 deputados federais, 1.035 deputados estaduais e 24 deputados distritais (no DF).

Fique atento ao que prometem os candidatos na campanha eleitoral, no rádio, na TV, nas redes sociais, no "santinho" entregue de mão em mão na rua, no ônibus, no mercado, na feira.

Conheça a biografia deles, sua vida pregressa e seus compromissos com a sociedade e com os cidadãos.

Vote consciente e convicto, pois os 16 dígitos que você teclar na urna podem mudar o Brasil. Ou não.

.....

(*) jornalista, auditor fiscal, conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e vice-presidente da Associação Riograndense de Imprensa (ARI) -

Site: <https://www.jornalja.com.br/colunas/vilson-romero-eleicoes-2022-16-digitos-mudam-o-brasil/>

PF faz operação contra uso de criptomoeda para lavar dinheiro

A Polícia Federal realizou na manhã desta quinta-feira (22) uma operação contra os crimes de evasão de divisas, lavagem de dinheiro e associação criminosa com uso de criptoativos. Segundo a investigação, que tem apoio da **Receita Federal**, o grupo é suspeito de comprar criptomoedas no exterior para fazer lavagem de dinheiro.

De acordo com a Operação Colossus, o grupo teria enviado mais de R\$ 18 bilhões ao exterior entre 2017 e 2021.

Nesta quinta, foram cumpridos 101 mandados de busca e apreensão e de prisão. As ações se concentraram no estado de São Paulo.

Segundo a investigação, entre os clientes das corretoras estariam pessoas mortas, beneficiários de programas assistenciais, idosos com mais de 90 anos, doleiros, contrabandistas e comerciantes de bairros de comércio popular de diversas cidades do país, como Brás e 25 de Março.

"Em comum, todos os investigados nessas operações adquiriram milhões de reais em criptoativos, cuja finalidade era remessa de valores para fora do país", informou a PF, em **comunicado**.

Dentre as empresas investigadas, destacam-se mandados de busca em seis corretoras de criptoativos, quatro instituições financeiras autorizadas pelo BC a operar no mercado de câmbio e três escritórios de contabilidade.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

43

Receita abre consulta ao último lote do IR nesta sexta-feira (23), com restituição para 1,2 milhão

Cristiane Gercina são paulo

A **Receita Federal** abre às 10h desta sexta-feira (23) a consulta ao quinto e último lote do Imposto de Renda 2022. Serão beneficiados 1,220 milhão de contribuintes que entregaram a declaração nos dois últimos dias do prazo final ou saíram da malha fina.

As restituições terão correção de 4,22% com base na taxa básica de juros da economia, a Selic. Ao todo, R\$ 1,9 bilhão será pago por meio de depósito bancário ou Pix. O crédito será feito na outra sexta (30).

Do total, R\$ 221,1 milhões serão liberados a quem se enquadra nas regras de prioridade legal: 5.201 contribuintes idosos acima de 80 anos, 36.492 entre 60 e 79 anos, 4.247 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou doença grave e 15.378 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério. Também estão na lista 1.159.183 contribuintes não prioritários.

A consulta pode ser feita no site receita.fazenda.gov.br, no aplicativo Meu Imposto de Renda para celular ou tablet ou no Portal e-CAC, que é o Centro de Atendimento Virtual da **Receita Federal**.

No site da Receita, o cidadão deve informar CPF, data de nascimento e outros dados solicitados. No e-CAC, é possível saber mais detalhes sobre a declaração, mas é necessário informar a senha do gov.br.

A **Receita Federal** divulgou também a quantidade de contribuintes que caíram na malha fina do IR 2022.

Entre 38,2 milhões de declarações recebidas neste ano, 1,032 milhão de documentos acabaram retidos - o que representa 2,7% do total de declarações entregues.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

43

Municípios projetam que receita de HR chegará a RS 2 bilhões neste ano

Rafael Walendorff De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187337

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187337

Governo anuncia novo bloqueio de R\$ 2,6 bi a dez dias das eleições

Idiana Tomazelli Brasília

A dez dias das eleições, o Ministério da Economia anunciou a necessidade de um novo bloqueio de R\$ 2,6 bilhões no Orçamento de 2022 para evitar um estouro no teto de gastos, regra que limita o avanço das despesas à variação da inflação.

Como mostrou a Folha, a contenção nos gastos vai atingir emendas parlamentares que foram liberadas há apenas duas semanas, o que irritou integrantes do Congresso e criou confusão entre aliados do governo Jair Bolsonaro (PL) -que vinham sendo beneficiados pela medida.

O bloqueio anunciado nesta quinta (22) atrapalha os planos do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, que queriam acelerar a execução das chamadas emendas de relator diante do risco de revés em julgamento no STF sobre a legalidade do instrumento.

As emendas de relator são usadas como moeda de troca nas negociações políticas com o Congresso e costumam privilegiar aliados do Planalto.

Com o novo bloqueio, o total de despesas que ficam travadas sobe a R\$ 10,5 bilhões.

O secretário especial de Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, não detalhou quais despesas serão alvo da contenção, informação que deve ser divulgada até 30 de setembro. Ele buscou minimizar os impactos negativos do anúncio.

"A necessidade de bloqueio é uma fotografia deste momento", disse. "Agente imagina que até o fim do ano vamos conseguir descomprimir isso."

Atualmente, há entre R\$ 19 bilhões e R\$20 bilhões em despesas não obrigatórias que não foram ainda executadas e são elegíveis ao bloqueio. Desse montante, cerca de R\$ 3,7 bilhões são emendas de relator. O restante está distribuído em ações nos ministérios.

Membros do Congresso que atuam na negociação das verbas de relator já foram avisados pelo Ministério da Economia na quarta-feira (21) sobre a mudança nos planos de liberação dos recursos.

Em 6 de setembro, Bolsonaro editou um decreto para antecipar a liberação de R\$ 3,5 bilhões em emendas de relator e outros R\$ 2,1 bilhões para ministérios, na expectativa de que o relatório bimestral de avaliação do Orçamento apontasse na sequência a viabilidade desse alívio.

Mas não é o que o relatório mostra. Técnicos do governo identificaram um crescimento inesperado de despesas com benefícios previdenciários, o que reduziu o espaço orçamentário e forçou o novo bloqueio.

Mesmo com o vaivém, o secretário defendeu o decreto editado por Bolsonaro, que permitiu à Economia incorporar, de forma antecipada, mudanças legais que resultem em alterações na previsão de despesas.

O ato abriu caminho para o governo remanejar os R\$ 5,6 bilhões, após o chefe do Executivo assinar duas MPs (medidas provisórias) para adiar para 2023 ou limitar despesas de ciência e cultura aprovadas anteriormente pelo Legislativo. A manobra foi revelada pela Folha no fim de agosto.

"Não entendemos que foi precipitado [liberar os recursos] . O decreto permitiu a flexibilização do Orçamento para atender aos diversos órgãos e será instrumento importante daqui para a frente", disse.

"A gente liberou R\$ 3,8 bilhões [da lei Paulo Gustavo], estamos fazendo bloqueio de R\$ 2,6 bilhões, então ainda tem um ganho de R\$ 900 milhões. Temos também a par te que foi uma movimentação interna dos recursos do FNDCT [Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico]", afirmou Colnago.

Segundo ele, o decreto é importante para ampliar os instrumentos de que o governo dispõe para administrar necessidades de gastos dos ministérios, mas ele destacou que isso sempre será feito respeitando o limite geral do teto.

"Tenho que fazer gestão do dia a dia, preciso ter essa liberdade de poder descontingenciar ao longo do exercício, cuidando para não descumprir a regra fiscal", disse. "O fato de ser RPz [despesas dos próprios ministérios] ou RP9 [emendas de relator] não

significa que aquela política discricionária não é importante, não precisa ser atendida."

A necessidade de aperto adicional no Orçamento se deve principalmente ao aumento de R\$ 5,6 bilhões na despesa com Previdência. Isso ocorreu graças à redução da fila do **INSS**, que estava próxima de 1,7 milhão de pedidos em espera em abril e caiu a 1,1 milhão em agosto.

Segundo Colnago, só os benefícios previdenciários tiveram alta de R\$ 6,6 bilhões na previsão de despesas, enquanto outros elementos, como sentenças judiciais pagas pelo **INSS**, tiveram redução.

Os gastos com BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, também aumentaram R\$ 2,1 bilhões.

Se por um lado a redução da fila é um alívio para os segurados, que só recebem os valores após a análise do requerimento de benefício pelo órgão, por outro também significa uma fatura adicional para o governo - o que retira espaço do teto de gastos. Até agora, a fila elevada acabava cumprindo um papel de contenção de despesas.

"Houve uma redução da fila, e a maior concessão de benefícios levou a um acréscimo das despesas obrigatórias", disse Colnago. "Grosso modo, tivemos crescimento de mais de R\$ 8 bilhões [por causa dos benefícios]."

O secretário destacou que o relatório bimestral de setembro geralmente costuma proporcionar um alívio no aperto do Orçamento, uma vez que as projeções de despesas obrigatórias começam a ser flexibilizadas na esteira dos dados de execução ao longo do ano.

Embora as despesas com benefícios tenham crescido, outros gastos obrigatórios, como subsídios, tiveram arrefecimento e ajudaram a evitar um bloqueio ainda maior.

Apesar do impasse nos gastos, o governo segue colhendo bons resultados pelo lado da arrecadação. Pela primeira vez o relatório trouxe uma estimativa oficial de superávit primário nas contas do governo central (que reúne Previdência, Tesouro e BC).

A projeção deve indicar um resultado positivo em R\$ 13,5 bilhões -na revisão anterior, a estimativa era de déficit de R\$ 59,5 bilhões. O dado indica que as receitas recolhidas pelo governo vão superar os gastos pela primeira vez desde 2013.

O número ainda poderia ser maior, não fosse uma despesa contábil de R\$ 24 bilhões decorrente do

acordo com a Prefeitura de São Paulo para encerrar a disputa em torno do Campo de Marte. Mesmo não tendo havido nenhum desembolso no acerto de contas, o registro dessa operação sensibiliza o resultado primário. Sem essa transação, o superávit seria maior, de R\$ 37,5 bilhões.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50043>

Lula quer recriar pasta da Previdência

Ricardo Mendonça De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187337?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187337?page=1§ion=1

Eduardo Leite Pretendo me posicionar em um eventual 2º turno na eleição presidencial



Eduardo Leite, 37
Natural de Pelotas (RS), foi vereador e, depois, o prefeito mais jovem da cidade [2013-2016], aos 27 anos. Deixou de concorrer à reeleição e dois anos depois foi eleito governador do estado. Exerceu o mandato até março deste ano, quando, tentou se viabilizar candidato à Presidência da República, sem sucesso. É formado em direito.

Cauê Fonseca porto alegre

ENTREVISTA: Eduardo Leite, 37 Natural de Pelotas (RS), foi vereador e, depois, o prefeito mais jovem da cidade [2013-2016], aos 27 anos. Deixou de concorrer à reeleição e dois anos depois foi eleito governador do estado. Exerceu o mandato até março deste ano, quando, tentou se viabilizar candidato à Presidência da República, sem sucesso. É formado em direito

Ao analisar o tortuoso caminho que o levou a vislumbrara Presidência, mas concorrer à reeleição ao Governo do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB) cita Fernando Pessoa para tergiversar sobre a improdutividade de repensar o passado.

O tucano, em entrevista à Folha, prefere mostrar a tentativa de reeleição ao eleitorado gaúcho não como prêmio de consolação ou falta de palavra empenhada, como alegam os demais candidatos, mas como uma "missão" de proteger um projeto de governo imune às polarizações.

O passado também cobra de Leite o apoio a Jair Bolsonaro (PL) em 2018, algo que ganhou ainda mais nuances depois de o tucano ter revelado ser homossexual, em 2021. Ele promete se posicionar outra vez, mas só em um eventual segundo turno. Até lá, Leite, embora seja crítico ao presidente, é

cuidadoso nos adjetivos.

O candidato Onyx Lorenzoni (PL), que é o segundo colocado na última pesquisa Ipec, foi convidado para ser entrevistado, mas não houve resposta.

*

Caso o senhor vença as eleições, o próximo mandato seria sob o regime de recuperação fiscal, que o senhor é o único candidato competitivo comprometido a manter. Prevê um mandato mais difícil financeiramente do que o primeiro? Seguramente não, eu prevejo um mandato melhor. O Rio Grande do Sul tinha um problema de desajuste fiscal há 50 anos. De 50 anos, em 42 ele gastou mais do que arrecadou. Hoje, isso está em dia. Todas as dívidas de curto prazo estão resolvidas. Permanecem as estruturais: precatórios e coma União. Isso melhora a capacidade de planejamento. Antes o estado vivia para chegar ao mês seguinte. Sempre com o credor batendo à porta.

De qualquer forma, ao longo do mandato, seriam R\$ 13 bilhões comprometidos com esse pagamento. Como vai manter as contas em dia sem esse montante? É preciso fazer o exercício inverso: a alternativa ao regime de recuperação fiscal seria voltar a pagar integralmente as parcelas da dívida. A liminar conquistada no governo anterior junto ao Supremo Tribunal Federal contemplava a perspectiva de adesão ao regime. Pois chegou a hora de assinar e o estado se preparou para isso. Só em reestruturação de carreiras, a economia planejada para a década é de R\$ 20 bilhões apenas em folha de pagamento.

Os demais candidatos também alegam que o regime amordaça o estado administrativamente. Eles não têm conhecimento do regime, ou não querem ter. Eles dizem é que o regime veta reajustes ou contratações. Não é verdade. O que o regime exige, isso sim, é que haja capacidade fiscal para essas despesas. E é legítimo que haja, pois a União é credora. As nossas despesas suportam as nossas receitas. Claro, desde que não surjam novas situações, como essa do ICMS [lei válida até o final de 2022 que limita alíquota a 17% para produtos e serviços essenciais]. Isso fere qualquer capacidade de planejamento.

A Procuradoria-Geral do Estado estuda uma ação no STF para obter ressarcimento. Seria um caminho no

seu governo? Aposto em um caminho de decisão política antes. Em um primeiro momento, a lei prevê compensação dentro da própria dívida, então cerca de R\$ 2 bilhões que o estado pagaria da dívida, eventualmente não pagará. Como não é um problema só do RS, há a expectativa de que o Congresso eleito e o presidente eleito desenhem essa compensação.

A coluna Painel, da Folha, publicou que pretende se manter neutro em um eventual segundo turno presidencial. Por que a decisão? Eu é que devo perguntar à Folha. Nunca fiz essa afirmação. Não tenho que fazer qualquer projeção sobre segundo turno. Nem sei se haverá segundo turno, nem aqui nem no Brasil. Primeiro, eu tenho que estar no segundo turno. Está tudo no campo da hipótese, com o qual eu não trabalho. Eu participei ativamente do processo nacional e a minha participação deixa claro que eu quero mudanças para o país. O meu partido optou pelo apoio à senadora Simone Tebet (MDB), é a minha candidata como alternativa às polarizações. Qualquer tipo de antecipação seria, inclusive, um desrespeito.

Então o senhor promete uma posição. Sim, pretendo me posicionar.

Sobre a sua posição, em 2018 e senhor fez uma escolha por Jair Bolsonaro (PL, à época no PSL). Não era de conhecimento público que o senhor era homossexual. Como se sentiu apoiando um candidato com declarações abertamente homofóbicas e como se sente hoje sobre eventualmente apoiá-lo? Eu acredito que, em 2018, muita gente que estava votando em Fernando Haddad (PT) também era contra a corrupção. Meu voto no Bolsonaro não significa estar de acordo com o que ele manifestasse ali. Era um segundo turno que nós não queríamos vivenciar e é por isso que eu não quero ver se repetir agora.

Isso no segundo turno, mas antes sua coligação tinha como candidato ao Senado Luis Carlos Heinze (PP), que já havia dito que gays, índios e quilombolas eram "tudo o que não presta". Sempre marquei frontalmente minhas posições sobre respeito às pessoas, à diversidade. Naquela eleição, meu candidato era Geraldo Alckmin (PSB, então no PSDB). No segundo turno se tomou plebiscitária, com um partido que havia se notabilizado por casos graves de corrupção, que tinha, até aquele momento, condenações na Justiça. De outro lado um candidato com declarações reprováveis, sim, mas que fiz questão de reprovar. Por isso, fiz uma declaração de voto, mas nunca pedi votos. Nunca defendi votos a ele. Nunca fiz campanha.

Qual é o saldo da sua tentativa de concorrer à Presidência? O processo me colocou em contato com os demais estados, ampliou a rede de contatos, entrei

mais a fundo em temas de responsabilidade nacional. Acho que terei melhores condições de ser governador após ele.

O senhor faz parecer que foi algo tranquilo, e não um processo traumático que resultou em duas renúncias de governadores e nenhum candidato a presidente. Um aprendizado é que não ocorre apenas a eleição presidencial no dia 2 de outubro. Quando o partido faz uma discussão sobre a candidatura a presidente, ela sofre interferência de outros agentes interessados nas demais eleições.

Se eu vencesse as prévias, João Doria não renunciaria e o Rodrigo Garcia não concorreria ao Governo de São Paulo. Não estou reclamando, mas a prioridade do PSDB de São Paulo foi a eleição de São Paulo. Tanto isso aconteceu que Doria, mesmo escolhido nas prévias, não se viabilizou. A eleição para presidente não levou apenas em conta quem seria o melhor candidato à Presidência.

O senhor faria algo diferente hoje? Há um poema do Fernando Pessoa que diz: "o que seria do irreparável do meu passado se a certa altura eu tivesse me voltado para a esquerda ao invés da direita. Se em certas conversas eu tivesse dito as frases que só hoje elaboro. Seria outro hoje e o universo inteiro seria insensivelmente levado a ser outro também". Então esse "se" não existe. Fica o aprendizado. Ficou para a minha experiência política e que virá em proveito do meu estado.

Ter renunciado ao Governo do Rio Grande do Sul mesmo assim não faz agora que a reeleição pareça ao eleitor uma espécie de prêmio de consolação? Eu não me sentiria confortável concorrendo a governador exercendo o cargo. As tarefas de governo e de campanha se confundem. A decisão de concorrer veio ao perceber que candidatos tanto à esquerda quanto à direita atacam medidas como o regime de recuperação fiscal, e, portanto, o projeto de desenvolvimento estava ameaçado por conta da audiência que essa polarização nacional tomou.

Da mesma forma, não é a polarização que vai decidir? Não vai decidir a eleição quem mais rejeitar o seu oponente, esteja à esquerda ou à direita? Não se trata de estratégia eleitoral. O que penso é: se tem um candidato que poderia ser uma alternativa ao candidato da esquerda ou da direita é quem já é conhecido pela população. As pessoas já sabem minhas posições sobre máquina pública, sobre respeito à democracia, à diversidade. Nunca me viram como governador atacando o adversário como um inimigo a ser exterminado. Eu não preciso ser medido por essa régua.

Qual foi a sua avaliação sobre as manifestações de 7 de Setembro? Lamento que uma data comemorativa para o país tenha adquirido contornos de campanha eleitoral. E também a apropriação de símbolos nacionais. A militância você não segura, mas a liderança do presidente nesse processo é totalmente inapropriada.

Diferentemente de 2018, o senhor admite discutir a privatização do Banrisul. Por quê? Primeiramente, acho importante diferenciar o Banrisul das demais. As privatizações da CEEE, Sulgás e da Corsan se impunham, sob risco do estado ter concessões canceladas. O Banrisul não é uma concessão, tampouco um problema. O debate, a meu ver, não é se precisamos ter um banco, mas sim se precisamos ter três, pois temos o Badesuleo BRDE para fomento. É preciso levar em conta que a lógica do sistema bancário mudou. Hoje, se eu abordar uma pessoa qualquer na rua, é muito grande a chance de ela ter uma conta no Nubank, por exemplo.

E o Nubank faria empréstimos aos **servidores públicos** do estado caso o governo não pague o décimo terceiro salário, como faz o Banrisul? Você não pode ter um banco para financiar o que o estado não é capaz de fazer em pagamentos. Há questionamentos se é regular isso. O empréstimo do 13º era um produto que os servidores contratavam junto ao Banrisul, e não uma forma de o estado financiar o pagamento do 13º salário. O que o governo estava fazendo era pagar de forma parcelada e com juros.

"Há um poema do Fernando Pessoa que diz: "O que seria do irreparável do meu passado se a certa altura eu tivesse me voltado para a esquerda ao invés da direita. Se em certas conversas eu tivesse dito as frases que só hoje elaboro. Seria outro hoje e o universo inteiro seria insensivelmente levado a ser outro também". Então, esse "se" não existe. Fica o aprendizado"

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

43

"Arma-se um grande estelionato eleitoral"



O sistema conseguiu empacotar o Bolsonaro como moralizador da esculhambação do PT e eu estou aqui, limpo, respeitado. Nunca respondi a Inquirição



Querem ver o satanás e não querem me ver na Presidência da República. Por que? Porque sei cobrar



Vou acabar com as emendas. A emenda do relator acaba no primeiro dia; acaba o rouba-lheira, acaba o 'toma lá dá cá', acaba a transformação da Presidência da República em esconderijo de ladrão, como é hoje

Táisa Medeiros, Victor Correia, Henrique Lessa, Raphael Pati*

Para o presidenciável Ciro Gomes (PDT), o eleitor está diante de um grande estelionato eleitoral caso prevaleça a polarização entre Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL), conforme vêm apontando as pesquisas de intenção de votos. De acordo com Ciro, os dois não têm propostas para o país, daí porque o pedetista enfatizar ser o único na atual disputa que tem um plano para mudar a "tragédia econômica, e a tragédia de governança política, que só faz a corrupção mandar sempre no Brasil".

Na entrevista que concedeu à jornalista Denise Rothenburg, ontem, no CB.Poder ? parceria entre o Correio e a TV Brasília ?, Ciro insurgiu-se contra a campanha do voto útil em favor de Lula e a comparou a um projeto de aniquilação política. "Me sinto como um cara objeto de extermínio. Não tem respeito nem pudor, são nazistas mesmo", afirmou, criticando também o PT. Para ele, o eleitor está desorientado "pelo ódio e pela paixão a votar contra o comunismo e contra o fascismo". E deixou claro que o debate ideológico "não vai botar comida no prato".

Na apresentação do seu projeto para a economia, defendeu a taxação de grandes fortunas, de lucros e dividendos de empresas e acionistas e propôs a renegociação das dívidas dos cidadãos. "Vou pegar uma parte disso para diminuir os **impostos** da classe média e do povão, e vou aumentar os **impostos** sobre os super-ricos. Aqui está a chave para resolver a

equação fiscal dos brasileiros", prometeu. Leia a seguir os principais trechos da entrevista.

O senhor promete resolver a vida de quem está com o nome no Serasa. Como o senhor vai fazer isso? E essa proposta vem acompanhada de uma educação financeira?

Tenho um projeto nacional de desenvolvimento e as pessoas, às vezes, pensam que isso é uma proposta à parte. Não, nossa economia não cresce mais. Faz 11 anos que nós estamos crescendo quase zero. E o crescimento da economia vem de alguns fatores: o investimento privado, o investimento público e os caminhos da industrialização. Mas, fundamentalmente, 60% do crescimento da economia quando acontece vêm do consumo das famílias. Se as famílias consomem, o comércio vende mais, contrata mais gente, encomenda mais da indústria; a indústria contrata mais gente, compra mais matéria-prima, a traquitana da economia gira. De onde é que vem o consumo das famílias? Vem de emprego, renda, crédito. Emprego e renda vêm depois que a economia cresce e estão no pior momento de baixa. A renda brasileira está na pior série histórica, nosso salário mínimo é o pior das Américas ? só ganha do da Venezuela ? e o emprego está aí atolado em 10 milhões de pessoas desempregadas e 5 milhões no desalento. Fui lá no Serasa, foi lá estudar no SPC, etc., e encontrei 63 milhões de pessoas como legado do nacional-consumismo do PT. Que dívida é essa? R\$ 4 mil por cabeça. Com o desconto que eu consigo, reduz essa dívida em 90%. Sabe o que é que dá isso? R\$ 400. Chamo o Banco do Brasil e vou financiar via Banco do Brasil. Com isso restauro a condição do crédito popular e começo a ativar a economia para dizer de onde vêm os empregos que eu vou gerar. Todo mundo diz que é necessário um ajuste fiscal, que ainda não veio, e o Congresso tem um orçamento secreto, que consome os recursos que deveriam ir para as grandes obras. Como tratar disso, uma vez que o PDT é um partido pequeno?

O ajuste fiscal disponível para o povo brasileiro estudar e apoiar, ou não, o único que tem é o meu. Só em linha com a melhor literatura, tem R\$ 300 bilhões por ano para botar no caixa. R\$ 70 bilhões acabam o déficit primário. E os R\$ 230 bilhões, vou pegar uma parte disso para diminuir os **impostos** sobre a classe média e o povão, e vou aumentar os **impostos** sobre os super-ricos. Aqui está a chave para resolver a equação fiscal brasileira. O imposto sobre lucros e dividendos empresariais já cobrei quando fui ministro

da Fazenda ? e só Brasil, Estônia e Colômbia não cobram. E tem um projeto lá no Senado que o reestabelece?

Vou cobrar, já propus, já cobrei quando fui ministro da Fazenda. Uma progressividade maior no Imposto de Renda, um corte de 20% nas renúncias fiscais. No Brasil, salmão, queijo suíço, filé mignon não pagam PIS/Cofins na cesta básica do povo. Tudo na base da fraude e da propina. Vou fazer um pente fino nessas renúncias fiscais e acho mais R\$ 70 bilhões, cortando só 20%. Depois vou fazer um tributo sobre grandes fortunas moderado, 0,5% sobre os grandes patrimônios, na pessoa física, maiores do que R\$ 20 milhões. Só 58 mil brasileiros, tamanha é a concentração de renda, serão afetados por esse tributo. Mas não corre o risco de essas pessoas levarem o que têm para fora do país e não pagar?

Aí é que está: querem ver o satanás e não querem me ver na Presidência da República. Por que? Porque sei cobrar. A alíquota moderada de 0,5%, regulo o IOF que é 0,38%. Então, o camarada, para ir embora, tem que trocar real por dólar. Quando ele faz isso, paga 0,38 de alíquota no IOF. Eu regulo para 0,51 e, portanto, fica muito mais viável ficar aqui do que ir embora. Arrecado mais R\$ 70 bilhões, R\$ 80 bilhões. Aqui está a saída fiscal do Brasil, o problema é político. Têm duas alternativas do Brasil: fazer o que o (Fernando) Collor, o Fernando Henrique (Cardoso), Lula, Dilma (Rousseff), e (Michel) **Temer** fizeram. Foram cassados, presos ou saíram desmoralizados, como é um caso do PSDB. Collor governou com essa gente e foi cassado; FHC governou com essa gente e foi desmoralizado; Lula governou com essa gente e foi parar na cadeia; Dilma governou com essa gente e foi cassada; **Temer** governou com essa gente e foi preso; e Bolsonaro governou com essa gente e está desmoralizado. Não vou por esse caminho, só quero ser presidente do Brasil se for para outro caminho. Qual é o caminho? Propor, fazer com que o voto que é dado a mim seja dado às minhas ideias. Vou fazer um grande e generoso acordo com os governadores e prefeitos. Eu sou muito vivido, muito experiente. Já foi governador, já foi ministro da Fazenda, ministro da Integração Nacional?

Conheço como é que funciona. Os deputados querem sobreviver, e isso é legítimo. Tem a parte da corrupção, que eu vou enfrentar com a polícia ? isso aí é simples. Mas quero dizer que a maioria não quer roubar, quer sobreviver. E, infelizmente ou felizmente, nosso povo julga o bom deputado não pelo voto dele a favor da reforma, mas pela escolinha para a comunidade, um ponto de calçamento ? e compreendo isso. Mas fazem isso com emendas.

Vou acabar com as emendas. A emenda do relator

acaba no primeiro dia; acaba a roubalheira, acaba o "toma lá dá cá", acaba a transformação da Presidência da República em esconderijo de ladrão, como é hoje, esses presidentes todos. E vou negociar um generoso acordo de governadores e prefeitos. Porque os deputados sabem que a sobrevivência deles pode ser garantida pelos prefeitos e governadores. O que que dou em troca? Vou renegociar todas as dívidas dos estados e municípios ? e, hoje, 23 dos 27 estados estão quebrados. Sabe quanto é? R\$ 600 bilhões é a dívida total dos estados. Sabe quanto é a dívida pública toda? R\$ 7,8 trilhões, menos de 10%. Não estou propondo perdoar. Estou propondo o que os americanos chamam de asset liability management, que é para poder eu falar para a Faria Lima e tal. Vou rolar essa dívida. Nos quatro anos do meu governo, pego o que vai vencer nesses quatro anos e capitalizo para o fim. Vou deixar essa prestação na mão do governador em troca de um projeto de investimentos, que vai gerar emprego, que vai ativar a economia, e vai me permitir negociar no atacado e não no "toma lá dá cá" com os deputados. Persistindo o impasse, plebiscito popular. O deputado está se sentindo muito desconfortável, tem muita pressão? Me dá a autorização e consulto diretamente o povo, o que o mundo inteiro faz. O senhor vai enfrentar os bancos e as taxas impossíveis para o cidadão, para o trabalhador, para o empreendedor, para o empresário?

Vou, não pelo prazer de brigar. Essa é a chave para a gente entender, e o problema é que esse sistema financeiro comprou, subornou o processo político. Você vê uma briga violenta de Lula e Bolsonaro, e os dois têm compromisso com o mesmo modelo de governança política. Achar que estou criticando; estou examinando as coisas, que é o papel do político em campanha. O Lula deu o Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) para o Valdemar Costa Neto roubar. Ele foi preso e condenado no Mensalão. E, hoje, o Valdemar é presidente do partido do Bolsonaro. Esse modelo de governança política é desastroso e já examinamos. E na economia? Câmbio flutuante, meta de **inflação**, teto de gastos, autonomia do Banco Central, política de preços da Petrobras. Lula se comprometeu a manter a diretoria do Banco Central do Bolsonaro. Ora, isso quer dizer que juro, imposto, câmbio, tudo vai ficar igual. Ele já disse que não vai fazer **reforma tributária** e quer mudar o Brasil. Mudar como? Ele não apresentou a proposta econômica ainda.

Tem proposta nenhuma. Mas aquilo que interessa, que é o comprometimento dele, estava lá o (Henrique) Meirelles. Entre Meirelles e (Guilherme) Boulos, você acha que qual dos dois está sendo enganado? Claro que o Boulos, que é um patinho, manipulado. O Meirelles é o homem do modelo econômico, do teto de gastos. Está se produzindo o maior estelionato

eleitoral da história. Como fazer para resolver esse problema dos bancos? São dois movimentos, um de curto e um de médio prazo. O de curto é um trato de descartelização. Enquanto faz retórica de esquerda, o PT concentrou na mão de cinco bancos 85% das transações financeiras. Só para o brasileiro saber: nos Estados Unidos, cinco mil bancos concorrem entre si. E quem ganha? O freguês. A tarifa é baixa, os serviços são qualificados, respeita o usuário, respeita o consumidor e o juro cai. No Brasil são cinco bancos e quatro deles estão entre os mais lucrativos do planeta. Preciso descartelizar isso. Tira a Caixa Econômica e o Banco do Brasil no primeiro dia. Porque, hoje, o BB e a Caixa fazem parte do cartel porque é promiscuidade o tempo inteiro. E continuam bancos públicos?

Vão competir em bases profissionais, vão ganhar dinheiro. Vou agravar a competição no primeiro dia, estimular muito as fintechs, facilitar a normatização disso e aumentar muito fortemente a concorrência bancária. Por que os juros brasileiros são, há 30 anos, o mais alto do mundo? Fundamentalmente, essa coisa de cartel, mas a outra razão é que o governo brasileiro é desequilibrado. Se tenho uma grande demanda para financiar a dívida pública, o preço da dinheiro, que é o juro, sobe. Se fizer um conserto da conta pública, de forma que o governo não precise mais ir ao mercado todo dia para fechar sua conta, o preço do dinheiro ? que é o juro ? cai consistentemente. Em relação aos **servidores públicos**, o que eles podem esperar de um possível governo Ciro?

Primeiro, respeito e diálogo. Fui prefeito e governador e o que fiz? Mostrei que não era patrão de ninguém, que era apenas um gerente de uma grande orquestra e tinha que qualificar, ao máximo, o serviço que o nosso povo, pagante dos **impostos**, espera de nós. Eles querem aumentar salário, querem melhorar as condições de trabalho, e isso é humano para um cara que tem histórico de classe média como eu. Mas o dinheiro nem sempre dá. Então, em vez de reprimir, criei um fórum permanente de negociação. Todas as entidades dos servidores vão fazer parte disso. As primeiras reuniões, eu, pessoalmente, como presidente da República, vou dirigir. E estabelecer critérios, porque se não dá para resolver a vida de todo mundo de uma vez só, e isso tem razoabilidade, vamos fazer uma escala de prioridade. Vai a polícia agora, vai o médico depois, vai o professor antes. Porém, a grande questão do servidor é que nós temos que fazer um esforço de digitalizar o governo. O Brasil é um governo analógico: muito papel, burocracia, fragilidade, desapareço ao usuário. Vou digitalizar radicalmente o governo. Todo relacionamento possível que a sociedade precisar ter com o governo vai ser simplificado e vai ser feito de casa, pela internet. O usuário será convidado a avaliar o desempenho do

serviço público e, com bom desempenho, será premiado. Mas, antes o senhor tem que vencer as eleições. Como o senhor fará para levar as pessoas a acreditarem na sua campanha?

Sou um abolicionista numa terra de uma elite escravocrata. Não sou candidato porque é fácil ou simples. Sou um candidato contra o sistema, concretamente. O Brasil é um paraíso fiscal dos super ricos, é o país que mais paga juros. Quatro dos 10 bancos mais lucrativos do mundo são do Brasil e eles compraram o sistema político. Se você botar a briga do Lula com Bolsonaro é para ver quem pega na manivela. Bolsonaro é um malcriado, bruto, grosseiro, facistóide. Lula é uma pessoa mais afável, mais delicada. Porém, passou daí, é tudo igual. Modelo de governança política, modelo de economia, rigorosamente a mesma coisa. Quero mudar, sou o único que está contestando o sistema, que tem uma proposta com começo, meio e fim; o único que diz de onde vem o dinheiro, o único que dá ao povo a cara para bater. A turma vai querer o meu fígado. Prefere o sistema, o satanás, do que eu ser o presidente do Brasil. Estou propondo uma revolução. Espero, ainda, muito, ter o apoio da imensa maioria do povo brasileiro. Estou fazendo o que faz um bom centroavante: me desloco, atraio o marcador, chamo a bola, saio do impedimento. Se me passar a bola, o gol vai ser de placa. Se não passar, vou dar aquela tradicional entrevista: "Dei o melhor de mim, para o time, a nossa equipe". Tudo seria nos primeiros seis meses?

Tudo. Vou energizar a política da eleição. Será uma revolução. Contra tudo e contra todos, contra pesquisa, contra não sei o quê. Daqui para o dia 2 todos os endividados levantarão, todos os humilhados, todos os que consideram a corrupção um câncer. "Vou dar uma chance para esse cara aí". Imagina a revolução que vai acontecer. Mas, antes disso, tem o voto útil. Há essa pregação aí e como o senhor vai explicar que não é assim?

O poder corruptor do Lula é uma coisa que não tem limite, ficou uma pessoa que não conheço mais. Um cara que tenho uma amizade respeitosa há 30, 40 anos, mas virou um corruptor sem reserva nem limite. Vamos raciocinar juntos: por que botamos na Constituição o sistema de dois turnos? Porque o constituinte conhece o Brasil. O Brasil tem muitas ideias, muitas escolas políticas, muita liderança fragmentada. O primeiro turno é para quê? Para que cada corrente se apresente no debate e a democracia revele o tamanho dessa ou daquela corrente. Suponha que o grande critério seja "não aceito corrupção na política". "Não aceito esse modelo econômico que faz os juros serem os mais caros do mundo" ? é outro critério. Represento essas grandes maiorias,

desorientadas pelo ódio, pela paixão, para votar contra o fascismo contra o comunismo. Lula e Bolsonaro são as duas faces da mesma moeda. É o sistema nos colocando para brigar para ver quem segura a manivela. Lula é o cara da boa conversa, da simpatia; Bolsonaro é o truculento, o bruto, o facistoide. Eu sei diferenciar, mas não é isso que vai colocar comida no prato. Adorar político é coisa de povo idiota; nenhuma nação do mundo adora político. Político tem que ser olhado com desconfiança. Bota o pezinho atrás, faz o cara fazer uma análise, olha de onde ele veio. Isso é o primeiro turno, os que são mais votados vão para o segundo. E os outros, fazem o quê? Cobrar as promessas, criticar as mentiras e incoerências. O fascismo petista que esmagar esse debate, aniquilar a oposição, aniquilar a voz ? e é a minha voz. Repare: não fazem essa campanha sórdida com os eleitores da Simone (Tebet). Por que? A Simone, sendo uma pessoa respeitada, é comprometida com o modelo também. Eles tentam fechar a eleição no primeiro turno.

Democracia, se você acerta o voto, é ganho de voto; se erra, você se ferra. Disse em 2018: "A solução para a tragédia do Lula e do PT não é o (Fernando) Haddad, que acabou de perder a reeleição em São Paulo. Esse é mais do mesmo, tem compromisso com a corrupção orgânica, com a quadrilha que se transformou a direção do PT. E o Bolsonaro é mentira, nunca foi moralizador de nada. Roubava dinheiro da gasolina do gabinete". O sistema conseguiu empacotar o Bolsonaro como moralizador da esculhambação do PT e eu estou aqui, limpo, respeitado. Nunca respondi a inquérito. E o povo que decida se é melhor repetir mais do mesmo. Na conversa que o senhor teve com os embaixadores, qual é a principal preocupação da União Europeia?

Perguntam se creio que é possível acontecer um golpe militar no Brasil. Disse a eles que não, que isso está na paranoia do Bolsonaro ? e o Lula usa para que ninguém discuta corrupção ou por que 70% dos brasileiros votaram no Bolsonaro. Bolsonaro tirou 70% dos votos no Centro-Oeste, onde está o Distrito Federal. Sudeste e Sul, quase 70%. Foi porque tinha uma obra? Não. Porque tinha uma proposta? Não. Votou para protestar contra a corrupção generalizada que virou modelo de poder de Lula e do PT, mais a gravíssima crise econômica que produziram. Falo das propostas de renegociação da dívida: isso nasceu com a política de expansão do consumo do Lula. Expandiu o crediário de 15% para 52% do **PIB**, todo mundo foi para o crediário. Todo mundo lembra que podia comprar um microondas no tempo do Lula. O que as pessoas esquecem é que a letrinha pequenininha era o Lula mandando a mais alta taxa de juros do mundo. Veio a ressaca do governo do PT com a Dilma e aquele crédito farto e generoso virou humilhação das

pessoas no SPC. Mais do mesmo só dá o mesmo. O que o senhor vai fazer para a cultura?

Para mim é essencial, porque define muito mais coisa do que o mecenato e a estética. Define a identidade nacional. Por isso, vou recriar o Ministério da Cultura e vou fazer do orçamento de fomento à cultura o maior da história. Essa é a minha tradição. Fiz o Complexo do Dragão do Mar, no Ceará, e o (senador) Tasso (Jereissati) inaugurou. Fiz com uma estrutura de fomento de escola de artes, de ofícios, etc., além de formação de plateia. Tenho muita intimidade com esse assunto. E, basicamente, precisamos dar um passo adiante nas leis de fomento porque foram adulteradas ao longo do tempo ? e, praticamente, só financiam as expressões estéticas e culturais de retorno comercial. Precisamos fomentar o experimentalismo estético, artístico e cultural. Temos que chegar na periferia, onde há uma explosão de iniciativas ? hip hop, grafite, coisas que tenho visitado. Quero fazer um fundo nacional de cultura adaptado para que uma fração desse dinheiro seja para essas expressões, e não de retorno comercial. Essa é a meta do meu projeto e será o maior orçamento de fomento à cultura da história do Brasil, que está se desestruturando como identidade nacional. Nossos hábitos de alimento, de vestir, nosso sotaque está se pasteurizando. Quero, inclusive, fazer com que as redes nacionais comecem a, forçosamente, por lei, a abrir nichos crescentes e graduais de produção local. Tanto de noticiário quanto de produção cultural para restaurar as nossas diversas identidades nacionais, a expressão de um Brasil regional, que é extraordinariamente lindo. Estive nas comemorações do acampamento Farroupilha: aquilo é uma preciosidade que vai ser extinta se a gente não proteger essas coisas todas. Parintins, uma festa que o mundo inteiro admira, poucos brasileiros conhecem... Quero criar essa dinâmica de regionalização da produção cultural e jornalística, como também vou financiar cooperativas culturais de jornalistas para disseminar a democratização da informação. A regulação da mídia que Lula propõe é uma aberração que não aceito. Para que a população possa ter acesso à bebida, à carne de qualidade para o churrasco, o que o senhor vai fazer concretamente?

Cerveja e picanha não é conversa fiada do Lula, é consequência de uma pequena sobra no rendimento do trabalho. Estou com uma proposta que é muito audaciosa, mas também diz de onde vem o dinheiro. Primeiro, quero banir a pobreza do lar de 24 milhões de famílias, que é onde ela está hoje. Como fazer? Qual é a definição de pobreza sobre política individual? Rendimento igual ou inferior a R\$ 471 por cabeça dentro do domicílio, por mês. Achei 24,3 milhões de famílias e criei, então, o Programa de Renda Mínima, que dei o nome do (ex-senador) Eduardo Suplicy porque não gosto de copiar proposta

dos outros e fazer homenagem. O Suplicy é o campeão desse programa de renda mínima e, por causa dele, me dediquei a estudar e a viabilizar esse programa que estou propondo agora. A ideia é que, dentro de uma família, vamos supor, uma pessoa ganha um salário mínimo com carteira assinada ? R\$ 1,2 mil. Porém, tem mulher e três filhos. Significa que quem ganha R\$ 1,2 mil e três bocas não ganham nada. R\$ 1,2 mil dividido por quatro dá R\$ 300. Portanto, R\$ 172 para cada pessoa dessa atingir a linha de pobreza. O programa vai dar esses R\$ 172 e, portanto, ele é flexível. Não é como o Bolsa Família nem como o Auxílio Brasil, porque vale para todo mundo dentro do Cad-Único. Como se financia isso? Pegando todos os programas de transferência de renda ? Auxílio Brasil, aposentadoria rural, BPC, sempre garantindo que ninguém perde nada. Quero vincular a arrecadação do imposto sobre grandes fortunas de 0,5% sobre os patrimônios, na pessoa física, iguais ou maiores a R\$ 20 milhões, de maneira que cada super rico no Brasil vai financiar o fim da pobreza de 871 brasileiros no mês. Isso permite que fome e necessidades básicas sejam extintas. Tudo mais que o cidadão ganhar, aí será para a cervejinha. Gustavo Petro, presidente da Colômbia ? país grande produtor de cocaína ? conclamou os países da América Latina, na Assembleia Geral da ONU, a acabar com a guerra contra as drogas. O senhor entrará nisso se eleito?

Sim, porém entro com as cautelas necessárias da brasilidade que amo e a qual pertencço. Esse é um assunto que a humanidade não conseguiu resolver. Tolerância zero não funcionou, a guerra contra as drogas virou uma tragédia. Quando Lula tomou posse, o Brasil tinha 280 mil pessoas no sistema penitenciário. Ele inventou uma lei, copiada nos americanos, a Lei 13.343, que é a guerra contra as drogas no Brasil. Criminaliza o "avião", um menino que não cometeu nenhuma violência e caiu na ilusão de pegar uma renda para levar um pacotinho de cocaína, uma trouxinha de maconha ou uma pedra de crack. Sabe qual é a população carcerária brasileira a partir desta lei? Um milhão e 200 mil pessoas, quase todos pobres, negros e jovens. Está errado porque essa menina não cometeu violência no primeiro ato, mas foi condenada para fazer de conta que as autoridades estão atuando no território. O traficante não mora na periferia: mora nos salões ricos da zona sul do Rio, na Paulista, nos Pinheiros, em São Paulo, na Aldeota, em Fortaleza. Moram nos grandes condomínios. Esse menino não cometeu violência, mas entrou no presídio, tem que se filiar às facções criminosas, que hoje dominam as periferias do Brasil. Vou fazer o que: transformar em federal o enfrentamento às facções criminosas ? e da ferramentaria de lavagem de dinheiro, com algoritmo, com tecnologia, que vem basicamente do tráfico de armas e de drogas. Porém,

vou participar desse debate mundial de que esse enfrentamento tosco, reprimindo a menina, falhou. A gente tem que fazer esse diálogo com muita paciência, muita humildade, muito respeito, ouvir os especialistas, ouvir os líderes religiosos, ouvir as vítimas. As mães estão apavoradas com a destruição das famílias pelo narcotráfico, pela dependência química ? é um debate que não tem ponto de chegada, só de partida. Portugal pegou especialistas e definiu quanto é a quantidade de cada droga que um dependente químico precisa para usar por uma semana. Se alguém for pego na rua com essa quantidade, que os especialistas definiram como a necessária e suficiente para o adicto, aquilo é problema de saúde pública. Mas não tem que livrar a pessoa da dependência?

Tem uma grande discussão, que é a dependência e a vontade voluntária de sair e a internação compulsória. Sou contra a internação compulsória e fiz muita internação voluntária, eu mesmo, como voluntário nas madrugadas. Nunca falei isso para ninguém. Por uma decisão pessoal, resolvi, em muitas madrugadas em Fortaleza, sair com meu carro, sozinho, e pegar pessoas arrebatadas na rua e dar de comer, levar para tomar um banho e perguntar se queria sair. Levei muitos para comunidades terapêuticas, muitos. Consegui ajudar muitos e fracassei em muitos outros também. Tenho intimidade: o assunto é grave, é delicado e não tem solução mágica. O que o senhor fará caso perca as eleições, já que disse que será a última campanha presidencial que disputa?

Brinquei, ontem (quarta-feira), com uma colega sua, que falava em defender em trança e linha, e atacar em ziguezague. Disse que era segredo, mas não é ? é uma brincadeira que faço. Vou trabalhar, acordar cedo. Hoje (ontem), acordei às 5h, peguei um avião em São Paulo, desci em Brasília, me encontrei com embaixadores, vim aqui, vou dar uma entrevista daqui a pouco, e vou dormir em São Paulo. Amanhã (hoje), me preparo para o debate e vou fazer o que posso fazer com paz no coração. Estou muito chocado com a falta de escrúpulo do Lula e do PT, estou muito chocado, é impressionante. Me sinto como um cara objeto de extermínio. Eles não querem me derrotar: querem me exterminar. Quase 40 anos de ajudar de vagabundos, quase 40 anos de ajuda para eles e não houve uma parada. Quando o filho do Lula se enrolou no esquema da GameCorp ? nunca contei isso pra ninguém ?, fui lá ver o que podia fazer. Não tem respeito, nem pudor. São nazistas mesmo e ficam acusando o Bolsonaro de fascista, que é também. O que esperar desta reta final de campanha?

Temos mais 10 dias. Eleitor: bote a mão na cabeça, bote a mão na cabeça, e pare para pensar. Qual é o prejuízo que tem para você, que é brasileiro, que está

humilhado no SPC, que está humilhado com o desemprego, está humilhado na informalidade? Qual é o prejuízo para você, de dar um voto a quem você se identifica, que está falando dos seus problemas? Que está propondo, concretamente, soluções? O Centrão está dizendo que não tem chance? Estão dizendo que você não pode sonhar. Ele quer que você abra mão do seu sonho, porque o seu sonho é difícil. O meu sonho é mudar o Brasil. Me ajuda.*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

Como livrar os brasileiros do inchaço do Estado e dos altos gastos com o funcionalismo público?



É crucial a busca por uma reforma administrativa que reduza a fatia do Produto Interno Bruto gasta com a manutenção do funcionalismo no Brasil. Essa necessidade assume contornos ainda mais urgentes diante do atual quadro social, com piora dramática acentuada pela prolongada epidemia de covid-19.

A manutenção do Auxílio Brasil em R\$ 600 ao longo de 2023 custará aos cofres públicos estimados R\$ 157,7 bilhões, valor quatro vezes maior que o investido em 2019 com o extinto Bolsa Família.

Ao mesmo tempo, o aumento de 18% nos salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e de todos os demais juízes terá um impacto imediato estimado de ao menos R\$ 4,6 bilhões aos cofres da União até 2024.

Segundo o STF, somente no próximo ano o reajuste vai custar R\$ 1,9 bilhão, somando as despesas geradas pela correção salarial de magistrados e também de servidores do Judiciário no período de nove meses, uma vez que o aumento só será pago a partir de abril de 2023. Já aprovada pela Corte, essa alta puxa para cima o teto do funcionalismo em todo o País, o que torna a função de enxugar o Estado ainda mais desafiadora.

O Estadão destacou os jornalistas Adriana Ferraz e João Scheller para produzir esta reportagem que tem como intuito situar o leitor sobre a importância de se enfrentar o corporativismo público para promover um corte de despesas que, acima de tudo, não prejudique ainda mais a qualidade e a quantidade dos serviços ofertados ao cidadão.

É quase que unânime entre especialistas em finanças públicas que a raiz do problema não está

necessariamente na quantidade de servidores, mas na remuneração inicial oferecida a eles e na forma como se conduz a máquina, repleta de burocracia e entraves para sua modernização e avaliação constantes.

O funcionalismo federal terá ao final de 2022 o menor patamar de gasto com pessoal em 26 anos: 3,4% do Produto Interno Bruto, segundo dados do Ministério da Economia.

Entre 2017 e 2020, essa proporção foi de 4,2%. Em junho, havia cerca de 570 mil funcionários públicos federais na ativa, contra 630 mil em 2019.

Quando a conta inclui Estados e municípios, no entanto, a régua sobe novamente, alcançando 13,4% do PIB e a sétima posição entre os países integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Nesse quesito, o Brasil está à frente de países com ampla participação do Estado no dia a dia dos cidadãos, como Suécia (12,7%), França (12,1%), Itália (9,5%), Reino Unido (9%) e Alemanha (7,5%). A média de gastos é de 9,9% do PIB (veja quadro ao lado).

Esses dados são indícios claros de uma distorção, mas, segundo alguns estudiosos, não podem ser tomados com uma condenação definitiva do inchaço da máquina estatal brasileira.

José Luiz Portella, do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP), sugere uma comparação que leve em conta as características de cada país: "Os Estados Unidos não têm um Sistema Único de Saúde (SUS). Então, é claro que vai ter menos funcionários e gasto menor". Portella foca na quantidade e na qualidade dos serviços ofertados à população: "Hoje, o maior problema do funcionalismo são os super salários e a qualidade do serviço entregue". Portella defende a implementação de metas de produtividade na administração pública como forma de aumentar a qualidade e quantidade dos serviços.

Seu colega João Rogério Sanson, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), especialista em Economia do setor público, prefere uma análise do problema que não despreze o efeito da diferença de

renda per capita, pois esse fosso se revela também na qualidade do serviço público: "Com os mesmos 5% do PIB (em gasto com serviços públicos) você consegue muito mais dinheiro por pessoa nos países ricos".

EFICIÊNCIA. No artigo A reforma do RH do Governo Federal, assinado pelos economistas Ana Carla Abrão e Arminio Fraga e pelo doutor em Direito Público Carlos Ari Sundfeld, a necessidade de se aumentar a produtividade no Brasil - nas esferas público e privada - se soma a outros dois fatores que justificam uma reforma administrativa: a busca pela melhora dos serviços públicos e a racionalização dos gastos obrigatórios, como os de pessoal.

"Serviços públicos, como educação, saúde e segurança, são atividades intensivas em mão de obra. Essa mão de obra precisa estar motivada, capacitada, adequadamente remunerada e com condições de trabalho que lhes permitam prestar um bom serviço. O foco é o resultado.

Mas são os instrumentos e o modelo de incentivos que geram um resultado melhor ou pior. Mais, são eles que determinam também se os resultados serão atingidos com maior ou menor eficiência", afirmam em publicação da consultoria Oliver Wyman.

O economista Daniel Duque, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), inclui nessa receita uma revisão dos altos salários pagos, especialmente, na esfera federal. "O Brasil gasta um pouco menos com servidores do que a média dos países desenvolvidos, por exemplo, mas alguns setores se sobressaem desse padrão.

É o caso do Judiciário, que paga, em média, três vezes mais com esse setor em comparação com o restante do mundo", afirma.

Se o aumento proposto para os salários dos ministros do STF for aprovado pelo Congresso Nacional, o valor pago aos 11 juízes da Corte passará dos atuais R\$ 39 mil para R\$ 46,3 mil - um acréscimo de R\$ 910 mil aos cofres da União somente no ano que vem.

Por sua vez, o mesmo Supremo suspendeu a lei que criou o piso salarial dos profissionais de enfermagem até que sejam analisados os impactos da medida na qualidade dos serviços de saúde e no orçamento de municípios e Estados. O piso fixado para os profissionais pelo Congresso foi de R\$ 4,7 mil - ou cerca de 10% do salário corrigido de um ministro do STF.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a média salarial no Poder Judiciário, que inclui magistrados e servidores, é a maior dos três

Poderes. Na esfera estadual, os integrantes do Judiciário ganham, na média, R\$ 10,2 mil, mais do que o dobro do observado no Poder Executivo (R\$ 4,8 mil). Já no âmbito federal, a diferença é menor, ainda com juízes e servidores em vantagem, com ganhos médios de R\$ 15,3 mil, ante R\$ 9,4 mil no Executivo.

ESTABILIDADE. Além das discrepâncias salariais pagas aos servidores brasileiros de acordo com sua posição na pirâmide de hierarquia, o grau de estabilidade assegurado a eles também é citado por especialistas como um fator que merece ser revisado em uma possível reforma administrativa.

"Você tem um trade-off (troca) entre estabilidade e salários no resto do mundo. Ou seja, você pode ir para o setor privado e ganhar mais, mas aí você tem que suar mais a camisa.

Enquanto isso, no setor público você tem uma maior estabilidade, uma maior tranquilidade e, com isso, salários menores com relação ao setor privado.

No Brasil, essa relação não acontece, pelo contrário", explica Duque.

A estabilidade do servidor é assegurada no artigo 39 da Constituição Federal e parte do princípio, difundido em todo mundo, de que o funcionário público deve ter a necessária autonomia para exercer o seu trabalho sem que pressões políticas possam afastá-lo dessa função.

Em outras democracias, no entanto, a extensão dessa estabilidade tem limites. No Reino Unido, por exemplo, há flexibilidade maior para dispensas por falta grave ou baixo desempenho.

A cobrança por resultado, aliás, é uma característica presente também no serviço público da Holanda, por exemplo, onde pode-se demitir em casos de baixa performance, afastamentos constantes, falta grave e incapacidade de realizar as tarefas esperadas.

Além de não prever as mesmas possibilidades de desligamento, a legislação brasileira ainda acabou por incorporar ao longo dos anos um conjunto de normas e processos que geraram incentivos errados, distorções e desvios. Características que fazem com que, ao final, a máquina atue em seu próprio benefício e não em favor do cidadão, mencionam Ana Carla Abrão, Arminio Fraga e Carlos Ari Sundfeld.

Nessa categoria se encontram adicionais salariais, progressões automáticas, avaliações de performance que não diferenciam os bons dos maus servidores e, finalmente, benefícios injustificáveis, tais como salário-esposa, promoção post mortem e pagamento de

bônus de performance para inativos.

No início do mês, os ministros do STF, por unanimidade, negaram férias de 60 dias a advogados da União, com o pagamento do respectivo adicional de um terço da remuneração e valores correspondentes aos períodos não gozados.

Antes, a Corte já havia estabelecido que procuradores federais e procuradores da Fazenda Nacional tinham direito a 30 dias de férias. Assim, "não haveria fundamento lógico e jurídico" para dar 60 dias de férias aos advogados da União, já que todos integram as carreiras da AGU.

À luz do melhor interesse público, o Estadão, inclusive, alertou que o STF pode ir além. "Como guardião da Constituição, o STF fará ainda melhor no dia que estender esse entendimento a todas as categorias profissionais do serviço público, nos Três Poderes, sem distinções. Afinal, a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, viga mestra do regime republicano, não se coaduna em hipótese alguma com a existência de castas nem privilégios de qualquer natureza, seja para indivíduos, seja para grupos", dizia trecho do editorial "Privilégios são a antítese da República" do jornal.

LOBBY. José Luiz Portella, da USP, atribui ao lobby de diferentes setores do funcionalismo à dificuldade em se debater e aprovar uma reforma administrativa que possa de fato proporcionar resultados, como a redução de salários ou ao menos uma distribuição mais equilibrada. "Quanto mais detalhada for a reforma, mais resistência ela vai sofrer", diz.

No início do governo Bolsonaro diversos modelos de reforma foram aventados e descartados até que, em setembro de 2020, um projeto fosse encaminhado ao Congresso. O texto previa, por exemplo, o fim da aposentadoria compulsória de servidores como modalidade de punição, a proibição de férias anuais com mais de 30 dias e a vedação de promoções ou progressões na carreira por tempo de serviço. Mas isso apenas para futuros servidores, desde que não sejam magistrados ou deputados - ambas as categorias foram poupadas.

Nem assim o texto avançou.

Depois de passar pela comissão especial, segue parado na pauta. "O Brasil é muito bom em ter reformas que não significam nada basicamente", afirma Duque. Para ele, uma reforma administrativa deveria principalmente rever o teto para os servidores, considerando os adicionais que são garantidos para alguns setores, e também a implementação de indicadores de produtividade. O professor Sanson, da

UFSC, destaca a necessidade de modernização do setor público e de sua adequação com as novas realidades trazidas pela tecnologia. Afirma ele: "A crise da pandemia mostrou que podemos avançar muito na digitalização".

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

GASTO DOS PAÍSES COM FUNCIONALISMO PÚBLICO

Brasil tem gasto proporcional com funcionalismo público comparável a países europeus

EM PORCENTAGEM DO PIB 0 A 5 5 A 10 10 A 15 15 A 20 >20 SEM DADOS



Remuneração média do funcionalismo público no Brasil em 2019

EM MILHARES DE REAIS

Por esfera

JUDICIÁRIO	12,12
LEGISLATIVO	6,01
EXECUTIVO	4,03

Por poder

FEDERAL	10,23
ESTADUAL	5,24
MUNICIPAL	3

FONTES: FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI) E IPEA/ATLAS DO ESTADO BRASILEIRO / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Candidatos à Câmara discutem em lives da Folha legalização das drogas e fim de privilégios

Legalização das drogas, fim de privilégios para políticos e ações antirracistas foram temas discutidos por candidatos à Câmara dos Deputados, de diferentes ideologias, entrevistados pela Folha nesta quinta-feira (22).

Foi o quarto dia da série de lives no Instagram que o jornal faz com postulantes ao cargo de deputado federal por São Paulo. Janaina Lima (MDB), Douglas Belchior (PT), Patrícia Zanella (Rede), Agnaldo Araújo (Avante), Pai Airton (PP) e Kim Kataguirí (União Brasil) foram entrevistados por Bruno Soraggi, repórter de Política.

Quarto deputado federal mais bem votado no estado em 2018, Kataguirí (União Brasil) afirmou que, se reeleito, uma de suas prioridades será reapresentar, à reforma administrativa, emendas que ele chama de "antiprivilégios".

"Basicamente cortam todos os benefícios daqueles que já recebem R\$ 39 mil reais, [caso de] juízes, promotores, deputados, senadores e ministros. Isso daria uma economia de R\$ 15 bilhões por ano". Ele diz que a medida é fundamental para reduzir a desigualdade social, pois benefícios e supersalários são financiados, em parte, pela tributação da população mais pobre.

Pai Airton (PP) colocou a **reforma tributária** no topo da lista de prioridades. Diz que lutará pela redução de **impostos** principalmente para pequenos e médios empresários.

"Vemos o clamor da sociedade por **impostos** mais baixos, principalmente daqueles pequenos comerciantes. Eles não aguentam mais essa carga pesada de **tributos** que recai sobre eles", disse.

A favor de tornar permanente o auxílio emergencial, Patrícia Zanella (Rede-SP) disse que o Brasil deve ter por lei um Congresso com paridade de gênero, refletindo o eleitorado do país. A temática seria objeto de seu primeiro projeto de lei, caso eleito.

Douglas Belchior (PT) quer priorizar pautas ligadas ao movimento negro e de enfrentamento ao racismo.

Defende formar um Congresso de maioria de parlamentares dos setores popular e progressista para alavancar políticas de direitos humanos e sociais.

Nascido em Peabiru, no interior do Paraná, Agnaldo Araújo (Avante) afirmou que, caso eleito deputado pela primeira vez, seu compromisso será com a pauta do homem e da mulher do campo e que ouviu demandas de quem depende da agricultura familiar.

"Eu tenho compromisso com esse povo que também me representa, porque eu vim da roça, cortei cana." A vereadora de São Paulo Janaina Lima (MDB) afirma que guerra às drogas precisa ser revista, mas que o Brasil não está pronto para regulamentar esse mercado.

Ela citou o modelo de Portugal como um exemplo de sucesso na regularização de drogas. Em relação ao aborto, posicionou-se contra a ampliação do direito além dos casos já previstos.

No começo do ano, ela foi expulsa do Novo, pelo qual foi eleita em 2016, após uma briga com Cris Monteiro, então colega de partido. A discussão começou durante a votação da reforma da Previdência e evoluiu para agressões físicas. Daniela Arcanjo, Priscila Camazano, Matheus Tupina e Renan Marra

Lives desta sexta (23)

10h30 Katia Sastre (PL)

11h Ariadna Arantes (PSB)

11h30 Emerson Kapaz (PSD)

13h30 Monica Calazans (PSDB)

15h Cris Brasil (PTB)

17h Rô Camolese (PSDB)

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

43

O realismo do Copom (Editorial)



Com o maior juro real entre 40 economias emergentes e ricas, o Brasil continuará sujeito ao arrocho monetário até haver um claro recuo da **inflação**, avisou o Copom, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (BC). O juro real, diferença entre a taxa básica e a **inflação** prevista, está em cerca de 8%. Crédito caro será um dos entraves enfrentados pelo presidente eleito, no início de mandato, na tentativa de impulsionar o crescimento econômico e a expansão do emprego.

Depois de 12 altas consecutivas, o BC interrompeu os aumentos e manteve em 13,75% a taxa básica de juros, a Selic, na reunião concluída ao anoitecer de quarta-feira. Dois dos nove membros do comitê defenderam mais um ajuste de 0,25 ponto porcentual. Embora vencidos na deliberação final, também sua atuação pode valer como advertência: ninguém deve esperar para breve um afrouxamento.

O Copom prometeu, ao anunciar a decisão sobre os juros, manter sua política até atingir dois objetivos, o recuo da **inflação** para perto da meta e a ancoragem das expectativas do mercado. O compromisso foi acompanhado de uma advertência: o comitê "não hesitará em retomar o ciclo de ajuste, caso o processo de desinflação não transcorra como esperado".

Entre os sinais de perigo foi incluída, como em

comunicados anteriores, a incerteza sobre o futuro do "arcabouço fiscal", isto é, das contas públicas.

Também foi mencionada a insegurança quanto a novos estímulos fiscais - como despesas e cortes de **impostos** - destinados a estimular o mercado. As medidas eleitoreiras com impacto nas contas do próximo ano já estão, obviamente, incluídas no cenário do BC. Falta conferir como o presidente eleito cuidará das finanças do governo, especialmente diante das perspectivas de uma forte desaceleração econômica no próximo ano.

A advertência está feita: juros altos serão mantidos enquanto a **inflação** for resistente, um novo aumento continua possível e a equipe do próximo governo, se tiver juízo, levará a sério a mensagem do Copom.

Também o quadro externo deverá dificultar um afrouxamento monetário no Brasil. No mundo rico, a **inflação** atingiu os níveis mais altos em décadas.

O desarranjo dos preços tem contagiado a maior parte do mundo, incluído o Brasil. Além disso, os bancos centrais das maiores economias iniciaram a elevação de juros para frear a alta de preços.

Isso afeta as condições globais de financiamento, altera os fluxos de capitais e mexe no câmbio, favorecendo, por exemplo, a valorização do dólar.

Na quarta-feira, antes de terminar a reunião do Copom, o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) anunciou a elevação dos juros básicos para a faixa de 3% a 3,25%, com alta de 0,75 ponto porcentual. No dia seguinte o Banco da Inglaterra adicionou 0,5 ponto aos juros, aumentando-os para 2,25%. No dia 8 o Banco Central Europeu (BCE), depois de vários anos de política expansionista, havia alterado sua taxa principal de zero para 0,75%.

Diante desse quadro, os membros do Copom terão de ser especialmente cuidadosos no manejo da taxa básica de juros, principalmente se quiserem diminuir o arrocho. Poderão aumentar a taxa mais uma vez, se os preços continuarem muito desarranjados, mas até isso será complicado, se a atividade continuar insegura.

No mercado, os mais otimistas têm previsto redução dos juros a partir do segundo trimestre. Talvez estejam certos, mas o espaço de ação poderá ser muito limitado pelas condições financeiras internacionais e

pelo câmbio.

Qualquer decisão será perigosa, se provocar insegurança entre investidores e resultar em dólar sobrevalorizado. As avaliações dos investidores, convém ressaltar, dependerão também da condução das contas públicas. Os arroubos e improvisações do presidente Jair Bolsonaro têm sido grandes fatores de insegurança e de instabilidade cambial.

A **inflação** continuará influenciada pelas condições internacionais. O belicismo do presidente Vladimir Putin ainda causará problemas para o Copom.

Mas já haverá uma alteração positiva, no Brasil, se o seu governo se mostrar menos tolerante e simpático aos surtos agressivos do dirigente russo.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Tarcísio não consegue se lembrar onde vota; adversários ironizam

GUSTAVO QUEIROZ

O candidato do Republicanos ao governo de São Paulo, Tarcísio de Freitas, disse ontem, em entrevista à Rede Vanguarda, filiada da Rede Globo, que não se lembra do bairro e do local onde vota na cidade de São José dos Campos, no Vale do Paraíba.

Questionado sobre o assunto, o ex-ministro afirmou, em princípio, apenas ser em "um colégio". Indagado, na sequência, qual era o bairro e a escola, ele vacilou e completou a frase iniciada pela entrevistadora com um "agora fugiu à cabeça".

O ex-ministro da Infraestrutura do governo Jair Bolsonaro (PL) nasceu no Rio de Janeiro e, até o início da corrida eleitoral, morava em Brasília.

Para poder concorrer ao Palácio dos Bandeirantes, transferiu seu título e declarou endereço em São José dos Campos, onde afirmou que tem familiares que moram há mais de 20 anos.

Apesar de questionamentos judiciais sobre o domicílio eleitoral do ex-ministro, o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) deferiu, por unanimidade, o pedido de registro da sua candidatura na semana passada. Tarcísio foi uma escolha pessoal de Bolsonaro para disputar o governo de São Paulo.

"No período do Ministério (da Infraestrutura) trabalhamos na questão da (rodovia) Dutra, na questão da concessão do aeroporto (de São José dos Campos), que foi logo após passado para iniciativa privada.

Trouxemos investimentos para essa região, tenho familiaridade, tenho vínculo afetivo, frequentei muito durante um período da minha vida, é o local mais lógico para estabelecer domicílio eleitoral", afirmou Tarcísio.

IRONIAS. No Twitter, a campanha do governador Rodrigo Garcia (PSDB), que disputa o segundo lugar nas pesquisas com Tarcísio, ironizou a falha. "Já que é a primeira vez que você vota em SP, clica aqui pra descobrir o seu local de votação", escreveu, inserindo um link do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que ajuda o eleitor a saber onde vota.

Em resposta ao governador, Tarcísio alegou que esqueceu o nome da escola, mas Garcia e o ex-governador João Doria (PSDB) "esqueceram das pessoas".

"Eu esqueci do nome da escola, você e Doria esqueceram das pessoas. Aumentando **impostos**, confiscando aposentadorias, deixando o **jovem sem professor** na sala de aula e sufocando o trabalhador com **impostos**.

Disso o povo de São Paulo lembra muito bem", afirmou no Twitter.

O candidato do PT ao governo de São Paulo, Fernando Haddad, também explorou o episódio. "A quem interessar, eu voto há anos na Zona Eleitoral 258 - Seção 10, em Indianópolis."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Polícia apura esquema de venda de CNHs e prende diretor do Detran-SP



JOSÉ MARIA TOMAZELA

A Polícia Civil do Estado de São Paulo investiga um esquema fraudulento que pode ter desviado R\$ 2,4 milhões do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) paulista. O esquema, comandado por um diretor do Detran preso nesta quarta-feira, operava em outros 17 Estados, fazendo a transferência irregular de veículos e emitindo a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) sem que o candidato fizesse provas e exames regulares.

A fraude incluía baixa de multas e débitos de veículos não pagos no sistema, e emissão de documentos de veículos novos sem recolhimento do imposto.

A investigação já revelou que os fraudadores transferiram de forma irregular cerca de 1,2 mil veículos, até de outros Estados. Carros de pessoas que já morreram foram transferidos sem o procedimento regular de inventário devido ao óbito. Durante a prisão do diretor do Detran, a polícia apreendeu em sua casa, na capital, R\$ 140 mil em dinheiro e R\$ 500 mil em cheques, além de três pistolas e munições. Um policial militar, dois despachantes e um funcionário de despachante também foram presos por envolvimento nas fraudes. Os cinco envolvidos tiveram as prisões temporárias decretadas.

Um funcionário administrativo do Detran foi detido, ouvido e liberado.

De acordo com o delegado Kléber Granja, titular em exercício da Divisão Especializada de Investigações Criminais (Deic) de Bauru, após ter acesso ao sistema informatizado do Detran, os fraudadores conseguiram transferir veículos de outros Estados para São Paulo

sem o recolhimento das taxas e, no caso de veículos novos, sem pagar **impostos**.

Carros e caminhonetes de Rondônia e Pará foram licenciados dessa forma.

Segundo o delegado, como os sistemas são informatizados, as operações não envolveram diretamente departamentos de outros Estados. "Como é tudo informatizado, eles conseguiam operar a partir do sistema paulista, mas ainda estamos aprofundando as investigações e fazendo uma varredura no sistema", disse. Já se sabe que o policial militar preso, que estava na ativa, fazia a intermediação e o aliciamento de clientes, indicando os despachantes que estavam no esquema.

Os fraudadores cobravam de R\$ 800 a R\$ 7 mil pelos serviços ilícitos, que incluíam a emissão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) sem que a pessoa cumprisse todas as etapas do processo. Para essa fraude, eram usados dedos de silicone com a digital impressa do candidato a motorista.

O esquema atendia motoristas que tiveram a carteira suspensa e precisavam passar por reciclagem.

DIGITAL DE SILICONE. As investigações tiveram início em Bauru, interior de São Paulo, quando uma funcionária do Detran local voltou das férias e notou que sua senha de acesso estava sendo usada indevidamente para baixa de comunicação de vendas de veículos. A diretoria do órgão fez um boletim de ocorrência e o Setor Especializado de Combate aos Crimes de Corrupção, Crime Organizado e Lavagem de Dinheiro (Secold) da Divisão Especializada de Investigações Criminais (Deic) iniciou as apurações.

Conversas telefônicas interceptadas com autorização judicial apontam que, para obtenção das CNHs, o cliente tinha de ir ao menos uma vez, presencialmente, a uma unidade do Detran. Lá, era feita uma reprodução da digital do condutor com uso de silicone. Com esse material, outras pessoas registravam presença nas aulas no lugar do contratante. A polícia ainda levanta quantos motoristas foram beneficiados pelo esquema. A fraude também envolvia cursos de capacitação de condutores.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Como regular as criptomoedas? - CELSO MING



CELSO MING

De todos os lados afloram pressões para regulamentar a criação e a circulação das criptomoedas.

Faz mais de 10 anos que apareceu a primeira delas, o bitcoin. Hoje existem mais de 21 mil, cujo valor de mercado, embora altamente volátil, passa dos US\$ 900 bilhões (veja no gráfico as 10 mais).

Neste mês, o Fundo Monetário Internacional (FMI) publicou artigo (Regulating Crypto) que relata as dificuldades para avançar nessa matéria.

Vítimas de fraudes, de escândalos financeiros, de pirâmides que envolvem esses ativos vêm cobrando ação das autoridades para controlar essas novidades.

Não há clareza sobre o que regular. Os criptoativos assumem inúmeras formas. Grande número de produtos digitais, muitos deles já incorporados pela rede bancária supervisionada pelos bancos centrais, também é considerado criptoativo.

As instituições reguladoras operam com objetivos diferentes.

Os bancos centrais, por exemplo, temem que, à medida que se avolumam, essas moedas corroam sua capacidade de exercer a política monetária.

Outras veem nelas importantes instrumentos de sonegação de **impostos**, fraude, lavagem de dinheiro e de financiamento de terrorismo e criminalidade. E há aquelas que estão mais preocupadas com a defesa do investidor. Alguns governos estão mais preocupados com o altíssimo consumo de energia elétrica exigido pela "mineração" dessas moedas.

São muito diferentes e numerosos os agentes que estariam sujeitos a uma regulação: "mineradores" de moedas, desenvolvedores de sistemas de informática (como o blockchain e afins), detentores e administradores de fundos que levam essas moedas. É um campo confuso onde escasseiam informações seguras.

Os reguladores enfrentam dificuldades para entender e acompanhar a rápida evolução dos programas e dos sistemas de informática adotados pelos criadores das moedas.

Mas não consta no artigo do FMI um ponto relevante. Como a emissão e as transações feitas com essas moedas ignoram fronteiras, qualquer regulação de âmbito apenas nacional será sempre insatisfatória. E, no entanto, a partir de todas as tentativas feitas pelos organismos internacionais, está distante um acordo mínimo sobre como avançar.

As criptomoedas trouxeram grandes inovações na área monetária e nos sistemas de pagamentos.

Embora não exerçam todas as funções clássicas de uma moeda, elas mostram que não precisam da chancela de um Estado ou da efígie de César para operar como ativos monetários.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O VALOR DESTES ATIVOS

DEZ MAIORES CRIPTOATIVOS EM VALOR DE MERCADO*

EM BILHÕES DE DÓLARES

BITCOIN (BTC)	363,4
ETHEREUM (ETH)	156,2
CORDA (USDT)	67,9
MOEDA USD (USDC)	49,8
BNB (BNB)	43,5
XRP (XRP)	21,7
BINANCE USD (BUSD)	20,5
CARDANO (ADA)	15,4
SOLANA (SOL)	11,2
DOGECOIN (DOGE)	7,8

*CORRESPONDENTE AO DIA 22/09/22, ÀS 15H

FONTE: COINMARKETCAP / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Comida cara drena orçamento dos mais pobres

DANIELA AMORIM/RIO

2021 a agosto de 2022.

O corte de **impostos** reduziu os gastos das famílias com combustíveis, energia e telecomunicações, mas o encarecimento dos alimentos segue pesando no orçamento doméstico, especialmente nos lares mais pobres. O gasto maior com comida reduz o espaço das famílias de renda mais baixa para o consumo de serviços e de bens não essenciais, além de dificultar o pagamento de dívidas e de contas em atraso.

"É uma **inflação** de dois dígitos na alimentação no domicílio, e ela vai continuar, grosso modo, sendo o dobro da **inflação** como um todo", previu Fábio Romão, economista da LCA Consultores. "Isso acaba afetando a família de mais baixa renda." |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

As famílias de renda mais baixa puxaram a inadimplência recorde no País em agosto: 33,1% dos lares com renda mensal de até dez salários mínimos tinham contas ou dívidas em atraso, ante uma fatia de apenas 13,7% de famílias inadimplentes no grupo que recebia mais de 10 mínimos mensais.

O endividamento também foi recorde no grupo de menor renda, com 79,9% dessas famílias com contas a pagar, ante 75,9% de endividados na faixa de maior renda. Os dados são da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), iniciada em 2010 pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

"A **inflação** tem realmente pesado mais no orçamento das famílias de menor renda.

Sobra menos dinheiro para pagar dívidas e o resto das contas e manter o nível de consumo.

Então, a **inflação** é um dos pontos que explicam essa alta do endividamento e da inadimplência", disse Izis Ferreira, economista responsável pela pesquisa da CNC.

DOIS DÍGITOS.

Em um ano, os preços dos alimentos subiram 13,43%, após já terem ficado 13,94% mais altos no ano anterior, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de agosto apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os alimentos para consumo no domicílio, aqueles comprados em supermercados, subiram ainda mais: a alta foi de 16,59% nos 12 meses terminados em agosto de 2021, seguida de nova elevação de 15,63% nos 12 meses seguintes, ou seja, de setembro de

TAP planeja crescer no Brasil



Vicente NunesCorrespondente

Lisboa - A TAP, empresa aérea de Portugal, que voa para 11 destinos do Brasil, está acompanhando com lupa o andamento das eleições presidenciais no país. Não sem razão. As medidas que vierem a ser tomadas na economia a partir de 2023 pelo futuro governo podem afetar os planos da companhia, que planeja crescer no mercado brasileiro. Segundo a presidente da TAP, Christine Ourmières-Widener, num primeiro momento, a ideia é ampliar a frequência de voos já existentes, de três ou quatro semanais para sete. Depois, aumentar o número de cidades atendidas. "Fomos procurados por todos os aeroportos do Brasil", disse a executiva. "Com os nossos 11 destinos, já temos a maior rede de atuação de uma companhia aérea internacional no Brasil", acrescentou.

Os detalhes da possível expansão da TAP no Brasil poderão ser conhecidos em novembro, quando será fechado seu plano estratégico para 2023. Há uma série de pontos sendo considerados, como uma possível desaceleração da economia mundial, que pode mergulhar numa recessão; os impactos da guerra entre a Ucrânia e a Rússia, sobretudo nos preços dos combustíveis e da energia elétrica; a **inflação**; o aumento dos juros; a escassez de mão de obra qualificada; e a infraestrutura dos aeroportos mundo afora, já que, no mais recente verão europeu, houve caos no atendimento aos viajantes, com frequentes cancelamentos e atrasos de voos e perdas de bagagens. A TAP esteve na ponta desse tumulto.

"Começamos a trabalhar em nosso orçamento para o próximo ano, analisando todos os riscos macroeconômicos e olhando o que estão fazendo nossos concorrentes. Temos analisado o impacto potencial na **inflação**, todos os rumores sobre uma recessão, a **variação cambial**, os preços dos combustíveis", afirmou Christine. Ela reconheceu,

porém, que a TAP voa para destinos que não são exatamente os mesmos de outras companhias aéreas. "Temos grande presença no Brasil. Por isso, vamos ver o que acontecerá com as eleições no país. Também é forte a nossa presença na América do Norte e na África. Optamos por viagens mais longas, que têm se mostrado mais rentáveis", assinalou.

O espaço para crescimento da TAP, no entanto, é limitado, uma vez que dispõe de uma frota de 99 aeronaves. "Esse é um limite que temos, com nosso plano de reestruturação. Ainda podemos crescer, mas de forma que seja razoável, sem comprometer os resultados globais da empresa", destacou a executiva. Ela acredita que, a despeito de todas as incertezas no horizonte, a demanda por viagens continuará aumentando, inclusive as de negócios, que mostraram resiliência maior do que a esperada. Pelos cálculos dela, independentemente de todo o estrago feito pela pandemia do novo coronavírus, as viagens a trabalho estão 20% abaixo das registradas em 2019.

Bolsa sobe e dólar cai

Um dia após a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de interromper o ciclo da alta e manter a taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano, os mercados brasileiros tiveram desempenho positivo. O Ibovespa, principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), manteve a tendência de alta dos últimos pregões e subiu 1,91%, fechando aos 114.070 pontos. E o dólar comercial caiu ante o real - baixa de 1,14%, cotado a R\$ 5,114 para venda no fim da sessão.

O cenário favorável no país contrastou com o clima global de aversão ao risco, com alta de juros nas principais economias do mundo. Na bolsa, o otimismo dos investidores brasileiros ganhou impulso com a valorização de commodities como minério de ferro e petróleo no mercado internacional, que motivaram alta das ações de empresas como Vale e Petrobras.

Além disso, a decisão do Banco Central de segurar os juros veio em linha com o consenso da maioria dos analistas.

Para Ariane Benedito, economista e especialista em mercado de capitais, a decisão do Copom mostrou que o Brasil está à frente aos bancos centrais dos Estados Unidos e da Europa, que começaram mais tarde o aperto monetário para controlar a **inflação**.

"O Ibovespa vem descolando do cenário internacional já no acumulado da semana passada e esta semana não está sendo diferente. A expectativa é positiva, advinda da sinalização do Copom de fim de aperto monetário por aqui, o que dará um respiro para os ativos mais conectados à Selic na bolsa, como o setor de varejo e de serviços.

Entretanto, a movimentação que a gente vê é, principalmente, uma valorização de ativos ligados à commodities e bancos", observou Benedito.

Mesmo com a sinalização do BC de interromper o aumento dos juros, a decisão indica um prolongamento da taxa por mais tempo, observou a economista.

"Isso pode causar, dentro do horizonte relevante, uma desaceleração da atividade, o que pode ser um remédio amargo para a economia real, após essa boa reação do mercado", destacou.

No cenário externo, o mercado segue repercutindo alta de 0,75 ponto percentual nas taxas de juros do

Federal Reserve (Fed), banco central norte-americano, indicando que novas altas virão. Em Nova York, o pregão de ontem foi marcado pela volatilidade, mas os principais índices terminaram o dia no vermelho. O Dow Jones caiu 0,36%; o S P 500 recuou 0,85%; e a Nasdaq, bolsa de tecnologia, teve baixa de 1,37%.

Desaceleração global A alta dos juros nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos aponta para uma desaceleração da economia mundial à frente. "Um dos objetivos da alta dos juros para conter a **inflação** é a redução da atividade econômica e, conseqüentemente, uma piora do emprego americano. Isso é parte dos canais de transmissão dos juros para reduzir a **inflação**", ressaltou o economista-chefe do Banco Original, Marco Caruso.

Este cenário gera um receio de que a economia dos Estados Unidos esteja caminhando para uma recessão, o que desaceleraria ainda mais todo o resto do mundo, incluindo o Brasil, através das exportações. "Outro canal que afeta a economia global é que os juros americanos mais altos também pressionam as curvas de juros em outros países, o que desenha uma atividade econômica mais baixa", acrescentou Caruso.(RG)

Ondas de juros (Editorial)

O comportamento da **inflação** nos países ricos, ainda desfavorável, reforça o movimento de aperto global da política monetária. No caso do americano Federal Reserve, a intensidade da alta dos juros supera os padrões das últimas décadas e reforça o risco recessivo, com efeitos sobre o restante do mundo.

O Fed se defronta com o desafio de estancar uma escalada de preços que chega a inauditos 8,3% nos 12 meses encerrados em agosto.

Embora haja expectativa de normalização dos problemas ocasionados pela pandemia em vários setores, como o de bens industriais, e já se observe queda das cotações de matérias-primas, a ameaça vem do aquecimento da economia e do mercado de trabalho.

A taxa de desemprego, de 3,7%, está próxima das mínimas históricas e há grande poder de barganha dos trabalhadores, o que pressiona os salários além da produtividade da economia. A remuneração do trabalho cresceu 6,5% em 12 meses, o que sugere pressão duradoura nos preços de ao menos 4%.

Daí a pressa do Fed, que elevou a taxa básica em mais 0,75 ponto percentual, para o intervalo de 3% a 3,25% ao ano. A expectativa é que haja movimentos adicionais, para no mínimo 4,5% nos próximos meses. Se confirmado o prognóstico, o custo do dinheiro subiria ao maior patamar desde a década de 1990.

Parece menor a chance de domar a **inflação** sem uma recessão que eleve o desemprego no próximo ano -e esse é o temor que derruba os mercados globais e valoriza o dólar americano, sempre um prenúncio de dificuldades.

O quadro também é grave na zona do euro, que também passa por um período inflacionário agravado pelo choque nos custos de energia. Uma contração da atividade no continente parece inevitável.

No Brasil, de forma incomum, o quadro se afigura melhor. Como a **inflação** aqui começou antes, já em 2020 durante o pior período da crise sanitária, o Banco Central está mais adiantado que seus pares. Nesta semana se anunciou o encerramento do ciclo de alta da Selic, que subiu de 2% anuais em março do ano passado para 13,75% agora.

A ameaça da **inflação** permanece. Não se espera convergência para as metas antes de 2024, embora

seja provável uma queda continuada.

O risco altista maior está relacionado ao encarecimento dos serviços, que tende a se prolongar, reforçado pela rápida recuperação da atividade. A incerteza sobre o grau de responsabilidade na gestão do Orçamento no próximo governo é outro fator crítico.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50043>

Lula vai a 47% e amplia suas chances de vencer no 1º turno, diz Datafolha

Igor Gielow são paulo

Faltando dez dias para o primeiro turno das eleições presidenciais, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) oscilou dois pontos para cima nesta quinta (22), atingiu 47% e tem uma dianteira de 14 pontos sobre Jair Bolsonaro (PL), que se manteve em 33%. Cresceu assim a possibilidade de o petista vencer no primeiro turno.

A estabilidade com oscilação positiva para o petista no cenários de uma semana para cá, aferida pela mais recente pesquisa do Datafolha, vai acirrar a queda de braço entre as duas campanhas líderes da corrida presidencial.

Empatados em terceiro estão Ciro Gomes (PDT), oscilou de 8% para 7%, e Simone Tebet (MD B), que segue com 5%. Já Soraya Thronicke (União Brasil) oscilou de 2% para 1%.

A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos neste levantamento, feito de terça (20) a quinta-feira (22). O instituto ouviu 6.754 pessoas em 343 cidades, e a pesquisa encomendada pela Folha e pela TV Globo está registrada sob o número BR-04180/2022 no Tribunal Superior Eleitoral.

A boa notícia para Lula é que, com a oscilação, ele voltou à casa dos 50% de votos válidos, limiar para uma vitória no primeiro turno. Esse critério, adotado pelo TSE para a contagem da eleição, exclui os brancos e nulos: quem tiver 50% mais um voto está eleito diretamente. Semana passada, estava em 48%.

O petista deverá dobrar esforços para evitar alta abstenção e buscar voto útil dos eleitores dos terceiros colocados, Ciro e Tebet, e Bolsonaro buscará tentar investir contra a imagem do ex-presidente para levar a disputa final para o dia 30 de outubro.

O último ciclo da campanha antes do primeiro turno terá como destaque os debates na TV no sábado (24), no SBT, e na quinta (29), na Globo. Com efeito, Lula já avisou que não irá ao primeiro, para reduzir a chance de acidentes.

Mas o petista já esteve em posição mais confortável na contagem dos válidos com até 54% em maio.

E a abstenção, fator central para definir o universo de

votos válidos, não é aferível de antemão. Assim, Lula fez nesta semana acenos a idosos, grupo mais propenso a se abster pela não obrigatoriedade do voto acima dos 70 anos.

Não houve efeito imediato. No grupo de eleitores acima de 60 anos (20% da amostra), oscilou dois pontos para baixo, mantendo vantagem de 47% sobre 40% do presidente.

Lula apostou também numa simbólica fotografia em que reuniu oito ex-candidatos a presidente em seu apoio. Mas não houve uma movimentação significativa em estratos mais instruídos ou de maior renda, teoricamente mais expostos ao noticiário político.

A busca ostensiva pelo voto útil parece ter desagradado os ciristas. Na simulação de segundo turno do Datafolha, em que Lula manteve a vantagem de 54% a 36% sobre Bolsonaro, caiu de 51% para 43% o número de eleitores do pedetistas que vão de Lula na rodada final.

Já os que dizem votar em Bolsonaro passaram de 24% para 28%. Anulariam 27%.

Dos eleitores de Tebet, 42% (eram 40%) iriam de Lula, 27% de Bolsonaro (eram 24%) e os mesmos 28% anulariam.

A força do candidato petista à Presidência da República continua residindo no eleitorado mais pobres. Entre aqueles que ganham até dois salários mínimos, 51% dos ouvidos pelo Datafolha, ele foi de 52% para 57%, em comparação com na rodada anterior, apurada de 13 a 15 deste mês.

Já Bolsonaro oscilou de 27% para 24% no segmento, confirmando a pior notícia que sua campanha colheu, ao lado de sua alta taxa de rejeição do presidente da República.

O presidente usou arsenal de medidas populistas na economia, que foram do mais amplo reajuste do Auxílio Brasil para os mais carentes a agrados a caminhoneiros e taxistas, passando pela sequência de redução nos preços administrados de combustíveis.

Por outro lado, a fome e a **inflação** ainda alta dos alimentos têm impedido que a melhoria econômica

seja percebida entre mais pobres.

O presidente melhorou seu desempenho, por outro lado, na faixa de 2 a 5 mínimos (34% da amostra), justamente a classe média baixa mais sensível à questão dos preços de gás e gasolina.

Saiu de um empate numericamente inferior para Lula (39% a 40%) para uma vantagem de 43% a 36%.

Do ponto de vista de imagem, o foco agora deverá ser a tentativa de desgastar Lula, já que os artificios bolsonaristas parecem ter chegado ao limite da utilidade devido à manutenção da rejeição alta.

Dizem não votar de forma alguma em Bolsonaro 52% dos ouvidos, ante 53 % há uma semana. Já a rejeição ao nome de Lula é de 39%, também estável (era de 38%).

A demonstração bolsonarista no 7 de Setembro não resultou em ganho fixo, e a busca por uma melhoria de imagem nas viagens internacionais que fez fracassar, como o vexame passado na ida ao funeral de Elizabeth2a mostrou.

No corte religioso, que viu na semana passada Lula recuperar-se entre os evangélicos, há estabilidade.

No grupo politicamente articulado, que soma 25% do eleitorado pesquisado, o presidente tem 50%, enquanto o petista marcou 32%.

No mais importante colégio eleitoral do país, o Sudeste (43% da amostra), Lula oscilou um ponto para baixo, mas segue líder, batendo Bolsonaro por estreitos 41% a 36%.

O presidente, por sua vez, viu uma melhoria de dois pontos na região, que viu Lula oscilar positivamente e inverter tendência de queda em Minas Gerais.

Agora, o petista tem 46% no segundo maior cesto de votos do país, ante estáveis 33% do presidente. Também lidera em São Paulo, mas a margem oscilou de 10 para 7 pontos, com Lula marcando 41% a 34% no estado.

Já no Rio, sua base eleitoral, Bolsonaro agora empatou com o ex-presidente, que foi de 44% para 40% enquanto o rival oscilou de 36% para 38%.

Nos demais segmentos, a aferição do Datafolha traz um filme conhecido. Lula teve seu maior crescimento da rodada anterior para esta entre os mais pobres, no Sul (14% do eleitorado) e entre os jovens (14% da amostra).

O eleitorado feminino continua sendo um problema para a campanha de Bolsonaro.

Entre mulheres, que são 52% da amostra, preferem Lula 49%, enquanto 29% dizem votar no presidente, famoso pelo histórico de declarações machistas reincidentes.

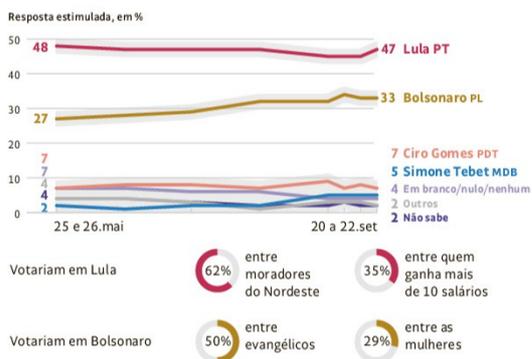
Dizem estar certos de seus votos 81% dos eleitores, índice que sobe a 87% entre os que votam em Lula e 88%, nos que apoiam o atual presidente. Já eleitores de Ciro são mais propensos a mudar (54% admitem, ante 46% certos da opção) do que os de Tebet (que viu a curva inverter-se e registra 56% de intenções firmes).

Não chegaram aos 1% na pesquisa Felipe D'Ávila (Novo), Vera (PSTU), Sofia Manzano (PCB), Leo Pérides (UP), Constituinte Eymael (PDC) e Padre Kelmon (PTB).

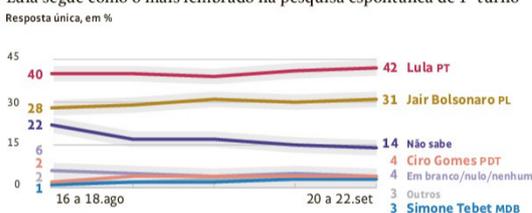
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50043>

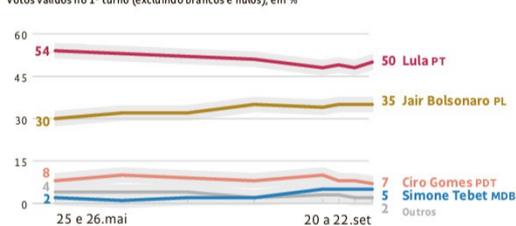
Lula tem 47% e Bolsonaro, 33% no 1º turno



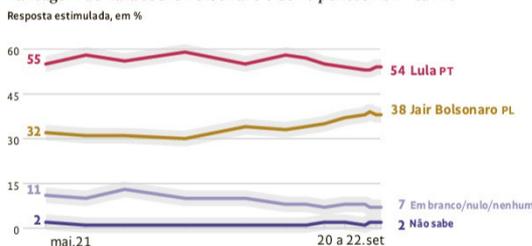
Lula segue como o mais lembrado na pesquisa espontânea de 1º turno



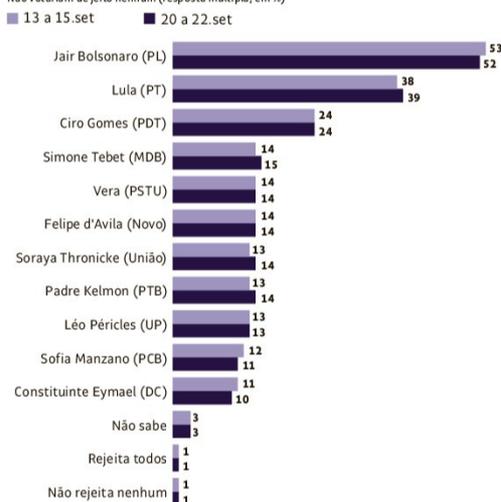
Lula tem 50% dos votos válidos; Bolsonaro, 35%



Vantagem de Lula sobre Bolsonaro é de 16 pontos no 2º turno



Bolsonaro é rejeitado por 52% dos entrevistados e Lula, por 39%



Fonte: Datafolha presencial com 6.754 pessoas de 16 anos ou mais em 343 municípios de 20 a 22.set; a margem de erro é de 2 pontos percentuais e o registro no TSE é BR-04180/2022

Lula X Bolsonaro por grupo

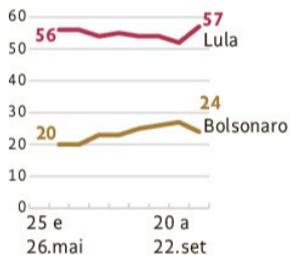
Lula oscila para cima entre
mulheres, e Bolsonaro
estabiliza

Respostas estimuladas, em %



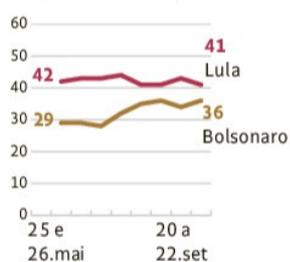
Lula amplia liderança
sobre Bolsonaro entre
mais pobres

Respostas estimuladas, em %



Bolsonaro reduz
distância para
Lula no Sudeste

Respostas estimuladas, em %



Bolsonaro mantém
dianteira sobre Lula
entre evangélicos

Respostas estimuladas, em %



Fonte: Datafolha presencial com 6.754 pessoas de 16 anos ou mais em 343 municípios de 20 a 22.set; a margem de erro total é de 2 pontos percentuais e cai para 1 no Sudeste; o registro no TSE é BR-04180/2022

Desocupação cai, mas é a 5º maior em ranking de 40 países



Funcionário protege vitrina em loja em Madri; Espanha tem a maior taxa de desemprego, de 12,6% Isabel Infantes - 19.jul.22/Reuters

Leonardo Vieceli rio de janeiro

Em um ano ,a taxa de desemprego do Brasil teve a queda mais intensa de uma lista com 40 países, conforme ranking da agência de classificação de risco Austin Rating.

Ainda assim, o indicador local está entre os mais elevados. É o quinto maior do levantamento, que avalia o comportamento de nações com dados já divulgados até julho, de acordo com a Austin.

A taxa de desemprego brasileira estava em 13,7% no trimestre até julho de 2021, quando a economia ainda era afetada por restrições para frear a Covid-19.

Em igual período de 2022, o mais recente com informações disponíveis, o indicador recuou para 9,1%. A queda foi de 4,6 pontos percentuais.

Mesmo com o recuo mais intenso do ranking, a taxa de 9,1% só ficou abaixo das de quatro nações em julho. A Espanha (12,6%) está no topo, seguida de Grécia (11,4%), Colômbia (10,6%) e Turquia (10,1%).

Dos 40 países observados, 38 tiveram desocupação menor do que um ano antes. A queda disseminada sinaliza que as economias, incluindo a brasileira , vêm sendo beneficiadas especialmente pela trégua da pandemia, aponta Alex Agostini, economista-chefe da

Austin Rating.

"O principal fator é o combate à Covid-19", diz. "O quadro de desemprego melhorou no Brasil, mas ainda estamos no bloco dos países com as maiores taxas. Significa que precisamos avançar muito. Isso depende do crescimento econômico e da melhora do ambiente de negócios."

Agostini, a exemplo de outros analistas, vê chance de a taxa de desocupação ficar próxima de 8% até dezembro. A reta final do ano, lembra, costuma ser marcada por contratações temporárias.

Durante a corrida eleitoral, o presidente Jair Bolsonaro (PL) tem asado a queda da desocupação como argumento para defender as ações adotadas pelo governo na área econômica.

A sensação de melhora do emprego, contudo, é prejudicada pela **inflação** persistente, que derrubou o poder de compra das famílias na pandemia.

A taxa de desemprego de 9,1% no Brasil, calculada pelo IBGE, está no menor patamar da série histórica comparável desde o trimestre encerrado em outubro de 2015. À época, o indicador também marcava 9,1%, e a economia nacional amargava recessão.

De acordo com Agostini, a explicação para a Espanha (12,6%) registrar a maior taxa de desemprego do ranking pode estar associada ao fato de o país europeu ter uma população mais envelhecida. Os trabalhadores mais velhos estão entre os mais prejudicados pelas restrições impostas durante a pandemia.

A outra ponta da lista elaborada pela Austin é ocupada pela Suíça. O país teve a menor taxa de desocupação até julho deste ano: 2%.

A China, por sua vez, teve a única alta no indicador, de 5,1% para 5,4%. A economia do gigante asiático, diz Agostini, ainda foi impactada nos últimos meses por restrições para conter o avanço do coronavírus.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

43

Desemprego recua no Brasil e no exterior

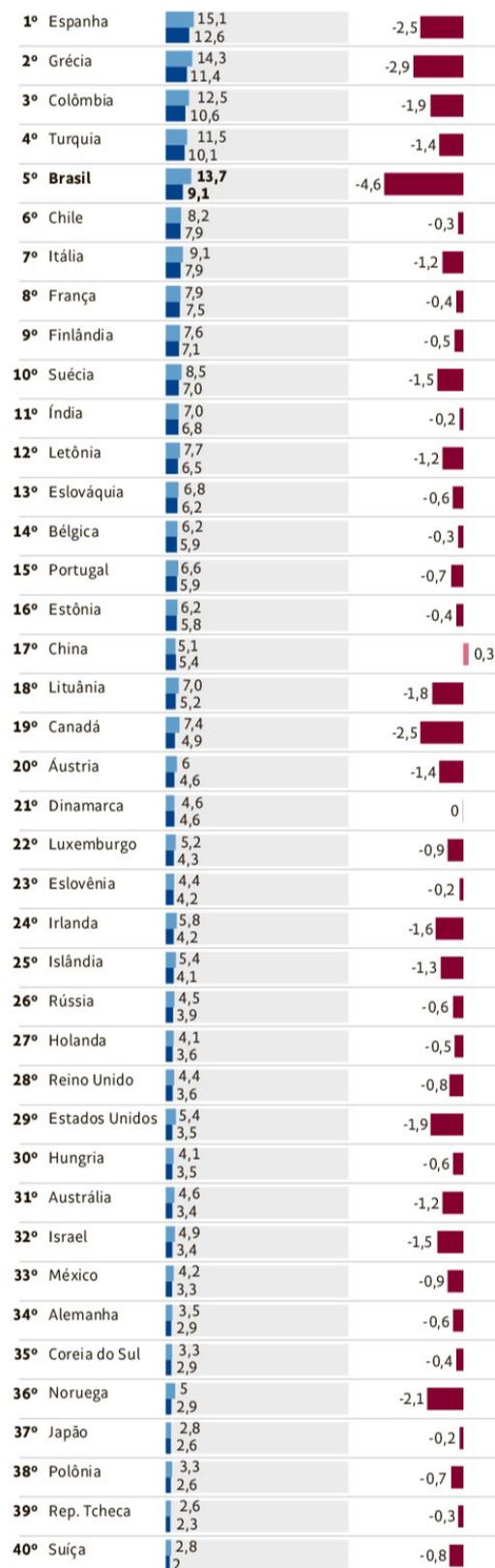
Taxas de desocupação

Em %

■ Jul.2021

■ Jul.2022

■ Diferença (em pontos percentuais)



Fonte: Austin Rating

Petrobras reduz preço do gás de cozinha pela segunda vez em 10 dias

Evolução do preço do gás de cozinha

Em R\$ por botijão de 13kg, corrigido pelo IPCA



Fontes: ANP e Petrobras

Leonardo Vieceli rio de janeiro

A Petrobras anunciou nesta quinta (22) uma redução de 6% no preço médio do GLP (gás liquefeito de petróleo), o gás de cozinha vendido em botijão. O corte entra em vigor nas refinarias nesta sexta (23). É a segunda diminuição em dez dias.

Com a nova baixa, o preço para as distribuidoras passará de R\$ 4,0265 para R\$ 3,7842 por quilo. Assim, o valor médio do botijão ficará em R\$ 49,19, o equivalente a uma queda estimada de R\$3,15 nos 13 quilos.

A Petrobras vem associando as recentes reduções dos combustíveis à trégua dos preços de referência no mercado internacional. Não foi diferente nesta quinta.

Em nota, a estatal afirmou que "busca o equilíbrio dos seus preços com o mercado, mas sem o repasse da volatilidade conjuntural das cotações e da taxa de câmbio".

No dia 12, a companhia havia anunciado uma baixa de 4,7% no gás de cozinha para as distribuidoras. Porém, como mostrou reportagem da Folha, o valor do botijão nas vendas subiu durante a semana passada, de acordo com a pesquisa de preços da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis).

A alta para o consumidor foi de 1,2%, e o produto passou de R\$ 111,91 para R\$ 113,25 na média

nacional. Foi a terceira semana consecutiva de avanço. Os revendedores argumentam que os preços subiram porque precisaram iniciar os repasses do reajuste salarial dos seus trabalhadores.

Há um ano, em meados de setembro de 2021, o botijão saía por menos de R\$ 100 para o consumidor, segundo a ANP. À época, o preço médio de revenda estava na faixa de R\$ 98.

A carestia do gás de cozinha atingiu em cheio as famílias de renda baixa na pandemia, já que o produto pesa mais no orçamento dos mais pobres. Com a pressão no bolso, parte dos brasileiros passou a preparar refeições com lenha e até álcool.

Às vésperas das eleições, a Petrobras passou a anunciar a conta-gotas cortes nos valores de combustíveis, como a gasolina.

Levantamento do OSP (Observatório Social do Petróleo), a pedido da Folha, mostrou que a companhia adotou estratégias diferentes de precificação nos momentos de alta e de baixa das cotações internacionais do petróleo em 2022.

Quando o petróleo subia, a empresa realizava menos reajustes e praticava preços abaixo das cotações externas, segurando o repasse às bombas. Com o petróleo caindo, passou a anunciar reduções frequentes e acompanhar o mercado externo mais de perto.

Para Eric Gil Dantas, economista do OSP e do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais, os dados indicam que a execução da política de preços esteve sujeita a pressões durante o ano eleitoral. A Petrobras apontou que não há periodicidade definida para os reajustes de diesel e gasolina.

Em atos de campanha, o presidente Jair Bolsonaro (PL) tem usado a queda dos combustíveis como argumento para elogiar o quadro atual da economia brasileira.

Até agosto, antes dos recentes cortes nas refinarias, o gás de botijão acumulou **inflação** de 18,42% em 12 meses, de acordo com o IPCA. O indicador é calculado pelo IBGE.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

43

Produção de ovos é recorde com carne cara no Brasil

Em "2021, a produção de ovos de galinha voltou a bater recorde no Brasil, indicou nesta quinta (22) pesquisa do IBGE. O país produziu 4,8 bilhões de dúzias no ano passado, alta de 1,7% em relação a 2020.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50043>

Tradicionalmente, o ovo é considerado um substituto das carnes em tempos de pressão inflacionária, já que costuma ter preços mais acessíveis. Esse ponto foi sinalizado pelo IBGE na PPM (Pesquisa da Pecuária Municipal) 2021.

"No mercado interno, com a alta no preço das carnes, a demanda por ovos de galinha cresceu, e o produto atingiu novo recorde de produção", apontou o levantamento.

A série histórica da PPM teve início em 1974. A produção de ovos vem subindo desde 1999.

Segundo o IBGE, o maior destaque entre os municípios veio de Santa Maria de Jetibá (a 85 km de Vitória), no Espírito Santo. A produção local chegou a 339,5 milhões de dúzias em 2021, a maior do país.

O preço mais baixo em relação às carnes é um dos principais estímulos -ou o principal- para explicar o avanço da atividade no Brasil, disse Mariana Oliveira, gerente da pesquisa do IBGE.

"O ovo é uma alternativa como fonte de proteína. Ele acaba tomando lugar na cesta de consumo do brasileiro."

O total de 4,8 bilhões de dúzias em 2021 correspondeu a quase 58,2 bilhões de ovos. Assim, a produção foi de 272,8 ovos para cada habitante do país -a população total foi estimada pelo instituto em 213,3 milhões de pessoas no ano passado.

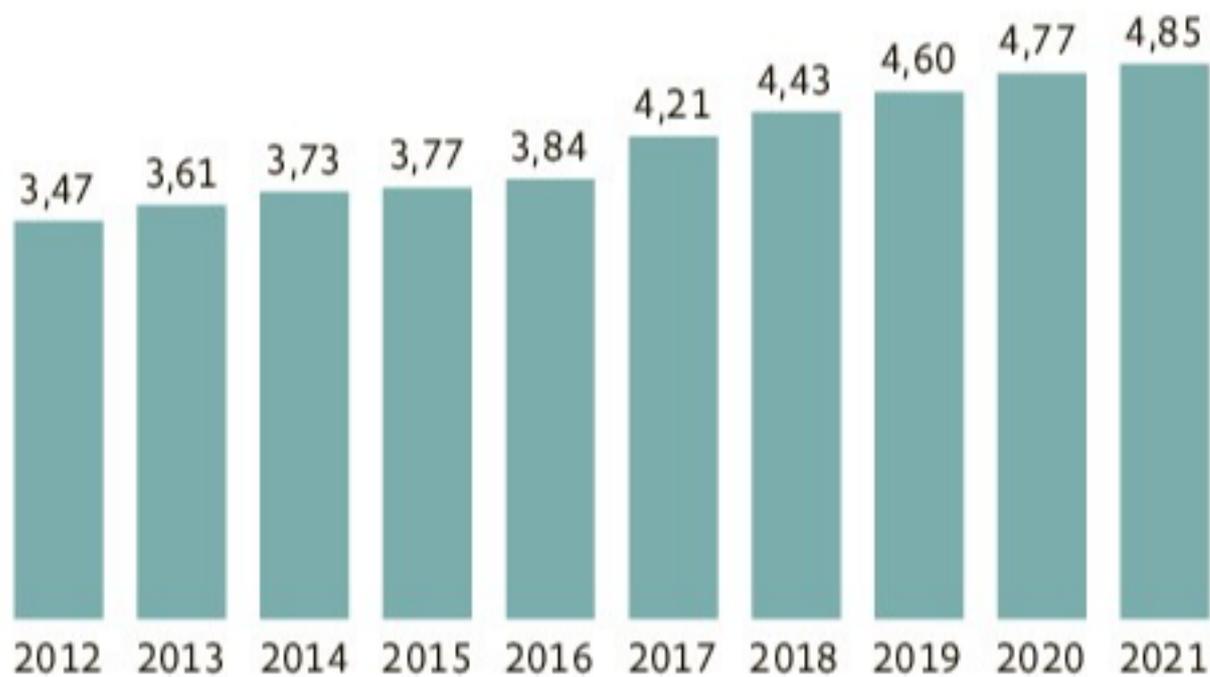
Em 2021, as carnes acumularam **inflação** de 8,45% no Brasil, conforme o IPCA.

Os cortes com as maiores altas foram filé-mignon (30,91%), carne de carneiro (17,71%), picanha (17,36%), fígado (14,73%) e músculo (12,02%).

Apesar de custar menos do que as carnes, o ovo de galinha não escapou da carestia. A **inflação** medida pelo produto no IPCA foi de 13,24% até dezembro. LV

Produção de ovos bate recorde no Brasil

Em bilhões de dúzias



Fonte: IBGE

Desoneração faz ICMS despencar em agosto

Marta Watanabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187337?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187337?page=1§ion=1

Censo 2022 tem ritmo menor que o de 2010

Lucianne Carneiro Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187337?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187337?page=1§ion=1

BC da Suíça põe fim à era das taxas negativas na Europa

Arthur Cagliari De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187337

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187337